

## Estratificação e mobilidade social no Brasil: uma revisão da literatura na sociologia de 2000 a 2018

Carlos Antonio Costa Ribeiro<sup>1</sup> 

Flávio Carvalhaes<sup>11</sup> 

### Introdução

O objetivo deste artigo é fazer uma revisão da bibliografia brasileira na área de estratificação e mobilidade social produzida desde o início dos anos 2000. Na sociologia, essa área de estudos se caracteriza por desenvolver análises empíricas e quantitativas sobre os processos de estratificação social, ou seja, sobre os processos que geram desigualdades sociais e suas consequências. Quatro aspectos são fundamentais em estudos de estratificação social:

- estudar diversas formas de desigualdades de condições, ou seja, estudar a distribuição de bens socialmente valorizados entre indivíduos e/ou famílias;
- estudar as diferentes formas de desigualdade de oportunidades observadas em diversas transições que ocorrem ao longo do ciclo de vida dos indivíduos;
- comparar os níveis e padrões das desigualdades de condições e de oportuni-

dades diacronicamente em uma mesma sociedade e sincronicamente entre países ou outras unidades de análise;

- entender os efeitos dos dois tipos de desigualdade em outros resultados, por exemplo, saúde, opiniões políticas, bem-estar subjetivo, atuação cívica, voto etc.

Todos esses objetivos são alcançados com base em análises estatísticas de bancos de dados, ou seja, pelo estabelecimento de regularidades populacionais que buscam descrever a desigualdade. Adicionalmente, os autores também investigam os mecanismos, causas e consequências da distribuição desigual de condições e resultados<sup>1</sup>. Sendo assim, os pesquisadores vinculados a essa área estão necessariamente envolvidos com reflexões metodológicas e estatísticas que não são apenas respostas técnicas a problemas substantivos, mas parâmetros igualmente importantes na reflexão sobre a desigualdade. Com efeito,

<sup>1</sup>Departamento de Sociologia do Instituto de Estudos Políticos e Sociais, Universidade Estadual do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro (RJ), Brasil. E-mail: carloscr@iesp.uerj.br

<sup>11</sup>Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro (RJ), Brasil. E-mail: flavio.carvalhaes@ifcs.ufrj.br

Recebido em: 06/07/2019. Aprovado em: 02/09/2019.

1 Para um aprofundamento e defesa desse ponto, ver Goldthorpe (2016).

a imbricação entre teoria e metodologia é constitutiva de todo o desenvolvimento da área. Isso porque, como se verá abaixo, a literatura sobre desigualdade social tipicamente lida com dados colhidos com diferentes desenhos de pesquisa – longas séries temporais de dados transversais, dados longitudinais, dados com mensuração de variáveis retrospectivas, múltiplas unidades de análise simultâneas, desenhos quasi-experimentais, experimentais etc. Adicionalmente, as diferentes formas de mensuração das variáveis que se busca explicar e do que é mobilizado para explicá-las gera a necessidade da mobilização de modelos adequados tecnicamente para o tratamento dessas variáveis. Como há essa interpenetração entre discussões substantivas e metodológicas, esta revisão tentará marcar as características dos trabalhos brasileiros também por essa perspectiva. Essa é a principal diferença de nossa revisão em relação às iniciativas recentes de revisão da literatura nacional sobre o tema que nos preocupa (Fernandes; Salata; Carvalhaes, 2017; Scalon; Santos, 2010. Dois livros que sintetizam de forma excelente pesquisas nas várias áreas cobertas aqui são Arretche, 2015; Hasenbalg; Silva, 2003).

Sendo assim, o desenvolvimento dessa área depende diretamente do treinamento em metodologia quantitativa, que, embora venha ganhando espaço nas ciências sociais brasileiras nas últimas duas décadas, ainda conta com poucos cursos e professores formando alunos capazes de desenvolver esse tipo análise (Cano, 2012; Soares, 2005). Nas décadas de 1980 e 1990, poucos sociólogos desenvolveram trabalhos na área

de estratificação social, principalmente sobre desigualdades e relações raciais (para uma revisão, ver Ribeiro, 2018), mobilidade social (para uma revisão, ver Silva, 1999), estudos de gênero (para uma revisão, ver Aguiar, 1983), desigualdades de renda (para um trabalho precursor, ver Silva, 1978)<sup>2</sup>.

A partir dos anos 2000, estudos e análises em estratificação social vêm sendo desenvolvidos por novas gerações de pesquisadoras e pesquisadores brasileiros atuando na área de ciências sociais<sup>3</sup>. Inicialmente essas pesquisas começaram a ser produzidas por um grupo pequeno de pesquisadores e professores que tiveram formação de pós-graduação no exterior, nos poucos centros nacionais onde havia formação quantitativa (basicamente IUPERJ/IESP-UERJ e posteriormente UFMG), ou que vieram de outras áreas, como a demografia, a economia ou a educação. Aos poucos, a formação na área de estratificação e treinamento quantitativo começou a se espalhar por outros departamentos e programas de pós-graduação em ciências sociais no Brasil, sendo possível identificar atualmente pesquisadores em instituições de diferentes regiões (USP, IESP, UFMG, UFJF, UnB, IPEA), o que vem contribuindo para a ampliação dos estudos em estratificação social produzidos por sociólogos no Brasil.

O objetivo deste artigo é apresentar os principais trabalhos produzidos por essas novas gerações de sociólogos(as). Quando necessário, iremos também mencionar alguns trabalhos produzidos sobre a estratificação social brasileira nos

---

2 Muitos trabalhos empíricos sobre desigualdades e processos de estratificação foram desenvolvidos em outras áreas (economia e demografia principalmente), mas a revisão desses trabalhos está fora do escopo deste artigo.

3 Na comunidade das ciências sociais brasileiras, esses pesquisadores se reúnem principalmente em grupos de trabalho na Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e na Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS).

últimos 20 anos na área de sociologia em outros países e em áreas correlatas, como demografia, economia e educação. Contudo, nosso foco é explicitamente disciplinar, colado à sociologia. Estender a revisão para outras áreas colocaria impedimentos evidentes em termos da extensão deste artigo. O positivo desse limite é podermos nos concentrar em alguns traços marcantes da abordagem sociológica para o estudo da desigualdade. O ponto negativo é que outra marca da área do estudo de desigualdade é sua forte orientação para “problemas”, e não para como uma ou outra disciplina os trata. Sendo assim, quando tratarmos de algum problema substantivo, fatalmente iremos tratá-lo de forma parcial, dada nossa concentração nas abordagens sociológicas dos diversos temas revisados (renda, raça, mobilidade social etc.).

Para selecionarmos os artigos para revisão, fizemos uma lista com base nos currículos *lattes* dos sociólogos registrados em programas de pós-graduação no Brasil. Esses autores foram selecionados mediante uma busca com as palavras “estratificação social” e “mobilidade social” na plataforma SciELO que selecionou, entre os anos de 2006 e 2016, os autores que mais publicaram e mais foram citados. Pela análise dos currículos, passamos a organizar o trabalho em suas seções temáticas. Adicionamos outras leituras na área que, dada nossa experiência, consideramos relevantes. Os trabalhos de outras disciplinas foram adicionados com os mesmos critérios.

Com o objetivo de analisarmos as principais contribuições dos trabalhos produzidos nos últimos 20 anos, classificamos os artigos e livros publicados de acordo com os seguintes temas:

- critérios de estratificação e classes sociais: ocupações, renda e outros;

- desigualdade de renda;
- estratificação e desempenho educacional;
- mobilidade social;
- classificação racial;
- outros temas.

O aumento do número de pesquisadores e, conseqüentemente, de literatura sobre estratificação social nas ciências sociais é muito bem-vindo. Em primeiro lugar, porque, comparado com outros países de renda média, ainda há no Brasil uma grande quantidade de bancos de dados e pesquisas amostrais que permitem o desenvolvimento de análises sociológicas inéditas. Ou seja, é um campo promissor para novos pesquisadores e ainda há muito a ser explorado. Em segundo lugar, os estudos produzidos indicam que a sociologia brasileira está finalmente começando a contribuir para explicar e entender os altos níveis de desigualdade que caracterizam o Brasil com base na análise rigorosa de evidências empíricas. Consideramos muito relevante o fato de as ciências sociais brasileiras estarem começando a estudar empiricamente e a explicar alguns aspectos dos altos níveis de desigualdade que caracterizam o país.

### **Critérios de estratificação e classes sociais: ocupações, renda e outros**

O debate sobre classes sociais perpassa praticamente todos os temas que apresentaremos nesta revisão da literatura. Tida em certo ponto do século XX como a contribuição fundamental da sociologia para o estudo da desigualdade, a classe social foi pensada como variável central para o estudo de temas como a mobilidade social, a estratificação educacional, a desigualdade de renda, saúde ou qualquer outro recurso socialmente desejável que seja desigualmente distribuído.

As perspectivas sociológicas que usam a classe social como dimensão relevante para o estudo da desigualdade justificam que para entender como se estrutura a distribuição de um determinado bem ou recurso na sociedade a divisão social do trabalho é central<sup>4</sup>. O conjunto de posições na estrutura produtiva e no mercado de trabalho deve ser compreendido e posições suficientemente comuns entre si (que contrastam com outras) são identificadas com o intuito de apontar o grau de poder social dos indivíduos que nela se inserem (Breen e Rottman, 1995). Apesar de haver um relativo desacordo sobre quais seriam os critérios teórica e empiricamente relevantes na operacionalização da variável “classe social” na sociedade contemporânea — as principais abordagens são a marxista, a weberiana e a durkheimiana —, existem algumas interseções entre as diferentes propostas. Independentemente de qual a inspiração adotada, “classe social” é concebida como uma dimensão holística na estruturação da desigualdade, um indicador que sintetiza vários vetores de desigualdade. O mercado de trabalho seria a dimensão central de localização de classes, que são uma categoria que sintetiza uma espécie de “pacote” de combinações de bens socialmente desejáveis (rendimentos, *status*, vínculo com o mercado de trabalho, estabilidade no emprego) (Grusky; Kanbur, 2006). Assim, os sociólogos mobilizaram tipicamente a alocação de indivíduos em classes como um problema central (fundamentalmente via pesquisas sobre mobilidade social) e também mobilizaram a variável “classe” como a dimensão explicativa para entender a distribuição desigual de qualquer bem socialmente desejável (rendimentos, saúde, desempenho educacional etc.).

No Brasil, diferentes pesquisadores inspiraram-se nesses trabalhos e construíram tipologias de classe para vários temas caros à pesquisa ligada à estratificação social, que revisaremos a seguir. Independentemente da inspiração teórica, vários sociólogos(as) brasileiros(as) procuraram desenvolver propostas de operacionalização de tipologias de classe que incorporassem as especificidades do padrão de desenvolvimento econômico no país às reflexões teóricas mais gerais que os inspiravam. Inspirado pela perspectiva neomarxista sobre classes sociais de Erik Olin Wright (1997), José Alcides Figueiredo Santos (2005) desenvolveu uma proposta de operacionalização de um mapa de classes sensível à especificidade da formação econômica brasileira. Sua estratégia segue as recomendações de Wright (1997) ao abarcar não somente as relações de propriedade, mas também o controle de ativos importantes na inserção produtiva — principalmente a escolaridade —, o que seria um traço da inserção do trabalho no capitalismo contemporâneo. Contudo, a contribuição mais significativa de Figueiredo Santos dá-se ao incorporar em sua tipologia as especificidades do desenvolvimento econômico brasileiro, principalmente a importância do autoemprego, o tipo de trabalho (manual ou não manual) e o setor econômico (agrícola e não agrícola). A classificação final considera um total de 11 categorias de pertencimento de classe no Brasil: capitalistas e fazendeiros, pequenos empregadores, conta própria não agrícola, conta própria agrícola, especialista autoempregado, gerentes, empregados especialistas, empregados qualificados, supervisores, trabalhadores, trabalhadores elementares, conta própria precário e empregados domésticos.

---

<sup>4</sup> Para uma reflexão sobre as particularidades do mercado de trabalho brasileiro e seus reflexos na operacionalização do conceito de classe, ver Carvalhaes (2015).

Carlos Antonio Costa Ribeiro (2007) atuou em sentido semelhante, mas analiticamente inspirado em uma matriz neoweberiana no desenvolvimento de uma tipologia de classes adequada para o estudo da estruturação da desigualdade de oportunidades no país. Igualmente preocupado com o tipo de desenvolvimento brasileiro e seu impacto na estrutura ocupacional, Ribeiro combina a sistematização de posições ligadas à autoridade ou a trabalhos manuais de inspiração weberiana (Erikson; Goldthorpe, 1992) com a sugestão de Nelson do Valle Silva (1988a) de que o entendimento da estrutura ocupacional brasileira também necessita da atenção ao setor de atividade em que a ocupação se encontra (por exemplo, indústria tradicional [ex.: fabricação de vassouras] *versus* indústria moderna [ex.: fabricação de aço]). O esquema proposto por Ribeiro (2007) pode ser agregado permitindo comparações internacionais com países que adotem o esquema EGP ou CASMIN, amplamente utilizados em pesquisas comparativas (Erikson; Goldthorpe, 1992). O esquema de classes proposto por Ribeiro (2007) também foi elaborado com o objetivo de estudar a mobilidade social intergeracional com base na classificação da ocupação dos pais dos respondentes obtida por meio de perguntas retrospectivas feitas aos filhos adultos pesquisados nas PNAD desde 1973. Em outras palavras, o esquema foi desenhado com o objetivo de estudar a mobilidade social, o que não foi o caso do esquema de Figueiredo Santos (2005), que utiliza variáveis de renda (que não existem para os pais dos respondentes) para definir algumas posições de classe.

Recentemente Cardoso e Preteceille (2017) também fizeram uma compatibilização de um esquema de classes inspirado

por uma classificação sócio-ocupacional de origem francesa que seria particularmente sensível à captação de posições que poderiam ser classificadas como “classe média”. Os autores sugerem que o nível de escolaridade superior, a localização no setor formal ou informal da economia, a contribuição para previdência social e o setor da economia (por exemplo, trabalho doméstico) são todos critérios importantes na tradução da tipologia francesa para o contexto brasileiro. Especificamente, as posições de classe média seriam as ocupações ligadas a um dos grupos a seguir: professores do ensino fundamental e médio, profissões intermediárias da saúde e do trabalho social, clérigos e religiosos, profissões intermediárias administrativas da administração pública, profissões intermediárias administrativas e comerciais das empresas, técnicos, contramestres e agentes da supervisão do trabalho.

Embora diferentes em suas concepções teóricas, todos esses esquemas de classe são basicamente compostos da agregação de ocupações e de sua combinação com outros indicadores (posição na ocupação e setor de atividade, principalmente), o que os torna relativamente semelhantes e implica resultados também parecidos<sup>5</sup>. Nas seções a seguir apresentaremos como as variáveis de classe – operacionalizadas de diferentes maneiras – foram mobilizadas como dimensão explicativa para a estruturação de diversos tipos de desigualdade. Antes, porém, há um debate “interno” à reflexão sobre classes que teve certa importância a partir dos anos 2000 no Brasil. Sociólogos atentos à estruturação das classes estiveram envolvidos em pesquisas sobre a possibilidade da estruturação das

---

5 Surpreendentemente, são poucos os trabalhos que compararam explicitamente a validade externa de diferentes tipologias (para uma exceção, ver Souza; Carvalhaes, 2014).

classes no Brasil ter mudado. Essas pesquisas estiveram ao redor de um debate interdisciplinar com a tese sobre “a nova classe média”.

Ironicamente, apesar da enorme atenção dada pelos sociólogos brasileiros ao tema das classes, a discussão sobre a “nova classe média brasileira” foi proposta por um economista. Marcelo Neri (2008) argumentou que o Brasil havia se transformado em um país de classe média porque, entre 2003 e 2008, a faixa de renda intermediária da distribuição de renda no país passou a incluir cerca de 50% da população. O autor define que a “nova classe média” seria o grupo acima da mediana da distribuição de renda e abaixo dos 10% mais ricos na população. Com base na Pesquisa Mensal de Emprego (*apud* Neri, 2008), de 2002 a 2006, os valores são definidos em termos *per capita* entre R\$ 214 e R\$ 923 e em termos de renda domiciliar do total de todas as fontes entre R\$ 1.065 e R\$ 5.591 por mês. O autor argumenta que, de forma inédita, a maioria da população brasileira estaria concentrada nessa faixa de renda. Isso seria uma novidade, pois representaria um deslocamento das camadas inferiores para as camadas intermediárias de rendimento no país.

Em trabalho que parte das discussões sociológicas sobre classe para avaliar a validade empírica da tese sobre a “nova classe média brasileira”, Scalón e Salata (2012) usam dados das PNAD para mostrar a heterogeneidade ocupacional presente na categoria classe C, aquela que representaria o estrato médio típico. Somente 32,9% em 2002 e 30,1% em 2009 dos pertencentes a essa faixa de renda se encontravam em ocupações típicas de classe média, segundo a tipologia de classe adotada (a tipologia ocupacional desenvolvida por Erikson e Goldthorpe (1992), semelhante à desenvolvida por Ribeiro, 2007).

O crescimento da proporção de indivíduos e famílias na faixa de renda média identificado na tese da “nova classe média” representaria, segundo os autores, na melhor das hipóteses, um aumento do poder de consumo da população, mas não uma mudança estrutural do panorama socioeconômico do país (como argumentado na tese avaliada), na mobilidade social ou qualquer outra transformação mais profunda. O rápido recrudescimento da desigualdade a partir da crise vivenciada após 2010 e o rápido anacronismo alcançado pela tese da “nova classe média” apontam, em nossa opinião, para o acerto do diagnóstico feito por Scalón e Salata (2012).

Cardoso e Petreille (2017) refletiram sobre a mesma questão fazendo uso de sua tipologia supracitada. Seus resultados identificam um crescimento de 15,6% entre 2002 e 2014 no tamanho das posições consideradas por eles como representativas de “classes médias”. Ao analisarem a sobreposição entre esse segmento operacionalizado por meio da inspiração sócio-ocupacional em contraste com uma operacionalização ligada à “nova classe média” medida pela renda, os autores mostram que os segmentos sócio-ocupacionais das pessoas pertencentes à chamada classe C são ligados a posições na estrutura ocupacional que os autores classificam como “populares” (indivíduos com inserção ocupacional no emprego formal ou informal ou então operários) ou então mistas (médias + populares). Ao analisarem a evolução temporal de sua tipologia, os autores sugerem que o correto seria a utilização do plural para o tratamento sobre o tema, utilizando o termo “classes médias” como forma de incorporar a diversidade de seus níveis de qualificação e setores de atividade, algo não captado quando a operacionalização é guiada pelo critério estritamente econômico.

Além desses estudos, apontamos também um interessante trabalho conduzido por André Salata (2015) que se engajou no debate sobre classe média por outro ângulo, a percepção das pessoas sobre quais seriam os atributos necessários ao pertencimento à classe média por meio de um *survey* exclusivamente dedicado a isso, realizado em 2008 e chamado de *Survey sobre a classe média*. Seus resultados apontam que indivíduos que se identificam com o termo “classe média” têm, sistematicamente, rendimentos mais altos que a média da população e estão fora da faixa de renda operacionalizada como “classe C”. Ao investigar quais são os atributos que os respondentes dos questionários ligam ao pertencimento à classe média, o autor mostra que, independentemente do estrato social, as mesmas características são apontadas: padrão de vida estável, casa própria, educação universitária, profissão de prestígio, acesso a lazer e diversão, renda alta, acesso a boas escolas. Como o acesso a esses atributos não é característico de camadas médias no contexto de desenvolvimento do país, Salata (2015) argumenta que a identidade de classe referente ao termo “classe média” é ligada a características tipicamente encontradas em estratos superiores da estrutura socioeconômica do país. Esse é um interessante trabalho que faz uma interlocução entre desigualdade e identidade, debate pouco desenvolvido na literatura brasileira sobre desigualdade. De fato, o trabalho de Salata (2015) aponta para a ideia de que as percepções populares sobre o que são classes sociais envolvem diversas dimensões e não se limitam aos diferentes grupos ocupacionais ou de renda que são usados como indicadores de classe por cientistas sociais. Conley (2008), por exemplo, sugere que esses conceitos populares ou “nativos” de classe social deveriam ser levados mais a sério, algo que

o trabalho de Salata (2015) também sugere implicitamente.

Em chave semelhante, uma nova matriz analítica de classes para a sociedade brasileira é proposta em vários trabalhos por Edison Bertoncelo (2013; 2015; 2016). Inspirado na obra de Pierre Bourdieu (1984), o pesquisador propõe três tipos de contribuições dessa inspiração, que, com razão, aponta não serem dimensões analisadas pela orientação neomarxista ou newo Weberiana de análise de classes:

- a concepção da sociedade como espaço multidimensional de posições sociais, o que chama atenção para as dimensões de poder e simbólico-culturais, que, ao menos analiticamente, podem ser distinguíveis das condições “materiais”;
- a atenção para a dinâmica da agência e para como posições no espaço social influenciam práticas e estilos de vida;
- a concepção de classes como coletividades sociais que compartilham posições semelhantes no espaço social.

Em uma série de trabalhos, Bertoncelo (2013) apresenta o potencial empírico da abordagem. Por exemplo, mobilizando uma pesquisa representativa para a região metropolitana de Belo Horizonte (o autor não informa o ano a que a pesquisa se refere), Bertoncelo (2013) mobiliza um modelo de análise de correspondências múltiplas para entender se há diferentes estilos de vida naquela cidade e se há associação entre eles e outras dimensões, como sexo, idade, raça e classe. O autor encontra resultados que apontam para uma clara oposição de práticas sociais nessa amostra, que opõe os atores sociais envolvidos ou não com práticas culturais fora do ambiente doméstico (frequência que vai a cinema, teatro ou restaurantes; leitura de livros, jornais e

revistas). Ao analisar esses resultados com a dimensão de classe, o autor aponta que profissionais e trabalhadores não manuais têm mais posse de bens de consumo, maior engajamento e consumo cultural, o que, segundo sua interpretação, é um sinal de que, nesse contexto, as classes podem ser entendidas como coletividades sociais, o que significa que haveria homologia entre um plano material e cultural que permitiria a identificação de classes por meio da investigação de práticas sociais em domínios da vida social e do princípio que as orienta (Bertonecelo, 2013, p. 194).

A perspectiva bourdieusiana para a análise de classes é interessante e chama atenção para um domínio empírico previamente negligenciado pelos estudiosos da área da estratificação social: as práticas sociais, o consumo cultural, os estilos de vida. Contudo, apontamos dois limites aos quais a pesquisa futura deveria estar atenta. Primeiramente, há falta de parcimônia nos modelos analisados. Trabalhando com modelos de forte apelo visual (como a análise de correspondência múltiplas), esses trabalhos nem sempre apresentam parâmetros claros para interpretação dos resultados. Segundo, do ponto de vista substantivo, a teoria de Bourdieu chama atenção para variações intraclasse. Seu desdobramento empírico básico é a busca da presença empírica do que, no plano teórico, é colocado como uma dimensão potencialmente ortogonal à dimensão material: a dimensão cultural/simbólica, que seria tão importante quanto a material na organização da vida e da prática social. Em um contexto altamente escolarizado como o francês, isso implica grande heterogeneidade no consumo cultural, por exemplo, de quem tem um nível elevado de renda. O mesmo deveria ser observado no plano oposto, pessoas de renda

baixa, mas com “muito” capital cultural, supostamente também teriam estilos de vida distintos. Essa direção foi pouco explorada no Brasil. Se aqui houver uma grande sobreposição entre as dimensões material e simbólica, a variação da segunda pode ser tida como uma função da primeira e haver pouca variação intraclasse. A exploração dessa possibilidade é uma lacuna a ser preenchida no futuro.

Retomando a discussão que mais ocupou sociólogos brasileiros, a análise de classe de inspiração neweberiana e neomarxista, podemos traçar uma crítica comum a ambas. O principal limite para qualquer abordagem que utilize o conceito de classe para explicar a estruturação da desigualdade no contexto brasileiro (como apresentaremos a seguir) se dá na interseção de uma reflexão metodológica e substantiva. A estruturação do mercado de trabalho no país e o vínculo intermitente de vários setores da população com o trabalho faz com que a principal fonte de dados que alimenta a construção de esquemas de classe, as ocupações, seja limitada apenas aos indivíduos com vínculos com o mercado de trabalho. Sabemos que estar trabalhando não é um fato aleatório na medida em que está relacionado a diversas características demográficas e sociais — por exemplo, homens ainda têm probabilidade maior do que mulheres de estarem trabalhando —, além de estar relacionado a diferentes fases do ciclo de vida. Na ausência de bases longitudinais que permitam uma avaliação mais detalhada das flutuações no emprego, essa seleção tem sido feita de forma não observada, a nosso ver algo potencialmente problemático, que merece ser reavaliado explicitamente em pesquisas futuras que desejem trabalhar com essa dimensão. Uma das poucas pesquisas que buscou uma avaliação da

consistência interna do agrupamento de diferentes ocupações em categorias de classe, relacionando a dimensão ocupacional com outros indicadores, assinalando que os pesquisadores brasileiros devem operar com grande cautela ao trabalhar com o conceito (Carvalhoes, 2015).

Adicionalmente, o uso desse tipo de indicador é cada vez menos presente na literatura internacional. O amadurecimento de pesquisas longitudinais de longa duração para diferentes gerações, a disponibilidade do uso de registros civis em vários países, o extraordinário aumento da capacidade computacional para analisar dados de larga escala e a ligação de bases de dados (por exemplo, *surveys* e censos com dados administrativos e tributários) deslocou a pesquisa sobre desigualdade em geral, e também a sociológica, em uma direção de afastamento de indicadores sintéticos (como classes) em favor da tentativa de mensurar de forma mais desagregada e precisa os processos sociais estruturantes da desigualdade.

### **Desigualdade de renda**

Curiosamente, até meados dos anos 2000, o tema da desigualdade de renda fugiu à atenção de sociólogos tanto brasileiros quanto estrangeiros (Morris; Western, 1999). Apesar de existir uma rica e interessante literatura que abordava tanto aspectos metodológicos da mensuração da desigualdade de renda como sua evolução em diversos países, a consolidação da sociologia ligada ao estudo da desigualdade deu-se sem que houvesse muita atenção a esses temas (Diprete, 2005). O foco na dimensão da divisão social do trabalho e em variáveis que têm origem na dimensão ocupacional (tanto via operacionalizações de medidas de *status* ocupacional quanto via esquemas de classe) certamente é a base teórica e metodológica

desse afastamento. Na década de 2000, essa tendência foi revertida. Diversos trabalhos tanto no exterior quanto no Brasil passaram a analisar o tema da desigualdade de renda e trouxeram contribuições relevantes por um ângulo sociológico.

Em contribuição recente, Itaboraí (2016) se debruça sobre as dimensões de gênero e classe para entender a inserção feminina no mercado de trabalho e a relação entre gênero, classe e família. Mobilizando dados das PNAD de 1976, 1986, 1996, 2006 e 2012, a pesquisadora analisa a participação feminina no mercado de trabalho ao longo do tempo, como mulheres e homens distribuem responsabilidades domésticas no domicílio, a distribuição de rendimentos e a influência de filhos na probabilidade de mulheres trabalharem. Mobilizando estatísticas descritivas, a autora investiga a segregação de gênero das categorias ocupacionais mobilizadas. No grupo ocupacional com inserção mais privilegiada no mercado de trabalho, houve claro padrão de reversão da segregação de gênero ao longo do tempo. Em contrapartida, categorias historicamente ligadas ao trabalho feminino eram e seguem altamente segregadas: 93% das pessoas em serviços domésticos são mulheres (em 2012), assim como 74% das trabalhadoras em serviços sociais e 61% das ocupações técnicas e artísticas (Itaboraí, 2016, p. 178). Outra diferença relevante é como se distribuem a intensidade do envolvimento no mercado de trabalho entre eles e elas. O trabalho em tempo parcial é mais comum entre mulheres em ocupações manuais (vendedoras ambulantes e trabalhadoras rurais). Analisando a renda média nominal na ocupação principal entre ocupadas e ocupados por sexo e classe em 1976 e 2012, a autora encontra maior desigualdade entre os grupos ocupacionais em situação mais

privilegiada (profissionais liberais e dirigentes de empresas). Seus resultados também apontam para uma convergência salarial entre homens e mulheres nesses mesmos grupos. Os resultados devem ser lidos com cuidado porque são estatísticas descritivas simples, mas esse é um sinal de significativa mudança na inserção masculina e feminina no mercado de trabalho e entendê-lo em mais detalhes seria uma direção importante para a pesquisa na área.

Figueiredo Santos (2015) usou sua tipologia ocupacional (citada anteriormente) para estudar a relação entre a estrutura de classe e os rendimentos no Brasil. Mobilizando dados das PNAD, seu estudo aponta que, após 1992, especialistas e empregados qualificados tiveram diminuições em suas rendas quando comparados à mediana geral e às medianas dos demais grupos operacionalizados na tipologia de classe. O estudo também aponta para aumento da mediana de renda dos grupos em posições de classe na base da estrutura social (trabalhadores, trabalhadores elementares, conta própria precários, empregados domésticos), apesar de a renda do trabalhador típico ter evoluído com menos intensidade do que a mediana geral das rendas de 1992 e 1995. Analisando o período entre 2002 e 2011, o autor constata elevações da renda absoluta dos detentores de ativos de capital (capitalista e pequeno empregador), enquanto os especialistas (empregados e autônomos) tiveram um decréscimo da renda mediana (Figueiredo Santos, 2014).

Em uma linha de raciocínio semelhante, mas que operacionaliza a variável de classe com base nos critérios analíticos neoweberianos, Salata (2018a) estuda a relação entre classe e rendimento do trabalho no Brasil entre 2002 e 2013. O autor aponta

para um aumento absoluto dos rendimentos para todas as categorias do esquema de classe utilizado, porém os ganhos não foram homogêneos. Trabalhadores manuais qualificados, trabalhadores manuais não qualificados e trabalhadores rurais foram as categorias com maiores evoluções de rendimentos em termos relativos, enquanto profissionais, proprietários empregadores e administradores e gerentes tiveram ganhos menores. O autor identifica que esse movimento pode ser entendido como uma convergência no mercado de trabalho no período, que vivenciou um fortalecimento de classes populares ligadas ao trabalho que as aproximaram do patamar de rendimento da classe média.

Fugindo das preocupações mobilizadas nos trabalhos anteriores por não focarem na distribuição média dos rendimentos e por focarem no efeito de credenciais educacionais, e não na estrutura de classes, Marcelo Medeiros e Juliana Galvão (2016) usam dados da amostra do Censo 2010 para investigar a desigualdade horizontal das credenciais de ensino superior brasileiro e sua probabilidade de estar no 1% mais rico da distribuição de renda. Surpreendentemente, os resultados apontam que, apesar de ser importante para a desigualdade total, não há evidências que diferentes credenciais afetem a probabilidade de se estar no 1% mais rico. Mesmo diplomas “de elite” (engenharia, medicina) têm baixa probabilidade de alocação de trabalhadores no 1% mais rico, o que indica que grande parte das pessoas nessa fração da distribuição de renda seria rica mesmo sem as credenciais observadas, o que aponta para a importância de diferentes dinâmicas para o estudo do fenômeno, por exemplo, transferências intergeracionais.

Outro conjunto de trabalhos se concentrou no estudo da dinâmica temporal

e na decomposição de fatores que influenciam as tendências de desigualdade de renda observadas, e não os rendimentos médios dos grupos ocupacionais ou detentores de credenciais educacionais, como os analisados anteriormente. A principal diferença é que vários desses trabalhos podem comparar o grau de importância das dimensões elencadas para explicar a desigualdade de renda tanto estaticamente (em um ponto no tempo) quanto dinamicamente (ao longo do tempo). Isso permite às análises entender a dinâmica da mudança e suas fontes, ou seja, se a desigualdade sobe ou desce porque grupos aumentam ou diminuem de tamanho, se suas remunerações ficam mais altas ou baixas ou se a heterogeneidade interna dos grupos aumenta ou diminui.

Pedro Souza e Flavio Carvalhaes (2014) investigaram como a estrutura de classes e as dinâmicas relacionadas à educação afetaram a redução da desigualdade de renda no país entre 2002 e 2011. Com base em modelos econométricos que permitem a decomposição da desigualdade de renda em componentes intra e entre grupos, os autores apontam para a estabilidade da estrutura de classe no período e para a significativa mudança na composição da escolarização da força de trabalho brasileira. As principais conclusões do trabalho são que, de um ponto de vista dinâmico, isto é, ao se analisar o comportamento da desigualdade ao longo do tempo, o avanço da escolarização da força de trabalho tem uma contribuição maior para a queda da desigualdade observada do que as mudanças na estrutura de classes, o que os autores interpretam como um sinal de que “rendas” (Sørensen, 2000) ligadas à escolarização no Brasil estariam erodindo.

Carvalhaes *et al.* (2014) investigam a relação entre geração de emprego, estrutu-

ra ocupacional e desigualdade de renda no Brasil. O trabalho mostra que a expansão do emprego na década de 2000 implicou melhoria dos postos de trabalho, uma vez que as ocupações que emergiram se concentravam nos quintos mais altos da distribuição de renda. Associada à queda da desigualdade de renda do trabalho observada no período, os autores sugerem que a expansão do emprego pode ser interpretada como sinal de mudanças no perfil da estrutura ocupacional brasileira no sentido de uma melhoria relativa, uma vez que ocupações com retornos salariais mais altos foram criadas em velocidade mais intensa. Os resultados da pesquisa também demonstram a relevância empírica da estrutura ocupacional para o estudo da desigualdade. Com base em modelos econométricos que permitem o controle estatístico multivariado (incluindo região, raça, idade, sexo, escolaridade) e a posterior decomposição da desigualdade, o trabalho aponta para a presença da desigualdade entre e nas ocupações como dimensões não triviais da dinâmica da desigualdade de renda do trabalho no Brasil entre 2002 e 2012. Os resultados sinalizam que a queda da desigualdade de renda do trabalho observada no período esteve fortemente ligada à dinâmica da redução das barreiras de oportunidades educacionais, à escolarização dos trabalhadores e à redução dos retornos salariais pela educação. Os componentes ocupacionais, por sua vez, permaneceram praticamente inalterados.

Preocupados em entender a contribuição do Estado brasileiro na estruturação da desigualdade de renda, Marcelo Medeiros e Pedro Souza (2015) voltaram-se para a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2008-2009 para entender o fluxo de renda que vai do Estado para a população. Os componentes desse fluxo variam entre pensões da

seguridade social, seguro-desemprego, outras transferências da assistência social, salários do funcionalismo, entre outros fatores. Um dos principais resultados do trabalho é apontar que o Estado brasileiro contribui com uma parcela significativa da desigualdade de renda *per capita* fundamentalmente por meio dos salários do setor público e suas pensões. O gasto público associado com trabalho e políticas sociais é concentrado em grupo de trabalhadores e, quando tomadas comparativamente outras transferências, tende a aumentar a desigualdade. De fato, o trabalho indica que questões políticas e administrativas estão ligadas às tendências da desigualdade de renda.

Outro trabalho importante é o de Carlos Antônio Costa Ribeiro e Weverthon Machado (2018) que procura relacionar os padrões de casamento com as tendências da desigualdade de renda entre 1992 e 2014. Inicialmente, os autores identificam que o aumento da participação feminina no mercado de trabalho se deveu sobretudo à entrada das mulheres em união. Ao longo do tempo, um número cada vez maior de casais heterossexuais passou a contar com a renda do trabalho de ambos os parceiros. Os autores usam análises contrafactuais e decomposição das rendas para concluir que, apesar do aumento da associação entre os rendimentos dos cônjuges, que tenderia a aumentar a desigualdade, o efeito líquido das mudanças nos rendimentos das esposas no período analisado foi equalizador. O trabalho é importante porque mostra que as tendências da desigualdade de renda não podem ser explicadas apenas por dinâmicas ligadas à educação, como sugere a maioria dos economistas, ou por dinâmicas políticas,

como insistem muitos sociólogos, ou seja, questões de gênero e organização familiar também são fundamentais.

Outro trabalho que trata de dinâmicas demográficas é o artigo de Rogério Barbosa (2016), que analisa as tendências da desigualdade de rendimentos levando em conta três dimensões temporais: idade (I), período (P) e coorte (C). O trabalho discute longamente os problemas metodológicos ligados às análises IPC e conclui que parte das tendências está relacionada às mudanças de coortes em termos educacionais, mas que aspectos políticos ligados às conjunturas econômicas também são relevantes.

Como se vê, os trabalhos citados estiveram focados em importantes dinâmicas da estruturação da desigualdade de renda no país e trouxeram importantes resultados. Um limite comum a quase todos é o fato de a base empírica de todas essas pesquisas ser os microdados do IBGE oriundos principalmente das PNAD de diferentes pontos no tempo. A mensuração das variáveis de rendimentos em *surveys* tem obstáculos amplamente conhecidos, principalmente pela dificuldade de acesso às populações nos extremos inferior e superior da distribuição de renda, ou então pela subestimação e sobrestimação das medidas, uma vez que são sempre autorrelatadas. Ainda que existam fontes de dados em que esses problemas são menos intensos (para uma análise detalhada dos dados brasileiros, ver Souza, 2015), as alternativas são limitadas por terem pouca variação temporal quando comparadas às PNADs<sup>6</sup>. Essa é a principal contribuição dos trabalhos que apresentamos a seguir. Pela identificação dos limites dos microdados do IBGE, vários pesquisadores investiram no trabalho com outras fontes de dados,

---

6 As POF são realizadas a cada cinco anos, e os censos demográficos são decenais.

oriundas fundamentalmente do imposto de renda e das contas nacionais, e produziram trabalhos que, além da qualidade e do rigor metodológico, trouxeram resultados que reorientaram a discussão sobre a desigualdade de renda no país ao destacar a importância da renda dos mais ricos para a compreensão do fenômeno.

Marcelo Medeiros (2005) já havia apontado a importância do estudo da parte superior da distribuição de renda no contexto do estudo da desigualdade. A intuição por trás dessa afirmação é de fácil compreensão. Qualquer raciocínio sobre a desigualdade de renda opera por dois parâmetros, independentemente de qual medida de desigualdade seja utilizada. Um é o total de renda existente no contexto empírico avaliado e outro parâmetro é qual é a proporção desse total de rendimentos que cabe a diferentes frações da população (Medeiros, 2012). É comum, por exemplo, que a intensidade da desigualdade seja comunicada com afirmações do tipo: os 5% mais ricos do país X controlam 50% da renda. Ora, se o total de rendimentos é sistematicamente subestimado e se, adicionalmente, essa subestimação acontecer mais intensamente entre a fração populacional mais rica, pode-se suspeitar de qualquer análise feita sobre a desigualdade de renda usando esse tipo de dados. O que os trabalhos que vamos analisar adiante fizeram foi não somente chamar atenção para as dinâmicas da acumulação de riqueza no país, mas também para seu impacto sobre a desigualdade. As pesquisas usando dados do imposto de renda indicam que, apesar de os resultados apresentados anteriormente não serem falsos, sua interpretação tem de ser qualificada. Nenhum resultado anterior pode ser interpretado para a totalidade dos rendimentos do país, mas sim para dinâmicas

relacionadas ao rendimento do trabalho e para a imensa maioria da população que necessita trabalhar. No entanto, se o objetivo de inferência for o país, é necessário recorrer a fontes de dados que captam melhor os rendimentos dos mais ricos.

Medeiros, Souza e Castro (2015b) apresentaram as primeiras estimativas de concentração de renda entre os mais ricos no Brasil com base nos dados do imposto de renda das pessoas físicas para os anos de 2006 a 2012. Por meio do cálculo das frações da renda total apropriadas pelo 0,1%, pelo 1% e pelos 5% mais ricos, os autores calcularam a desigualdade presente nas declarações do imposto de renda e fizeram análises de sensibilidade comparando os resultados ao que se identifica nas PNAD, POF e censos. Sua principal conclusão é que a concentração de renda entre os mais ricos é substancialmente maior do que as estimativas dos levantamentos domiciliares. Os autores também não observam tendência de queda no período avaliado, contradizendo o consenso que havia sido estabelecido sobre o tema até então. Seus resultados apontam que, em média, entre 2006 e 2012, o 1% mais rico do Brasil apropriou-se de pouco menos que 25% da renda total, e o 0,1% mais rico apropriou-se de impressionantes 11%.

Medeiros, Souza e Castro (2015a) calcularam o nível de desigualdade, seu comportamento ao longo dos anos e a proporção do crescimento da renda apropriada por diferentes grupos sociais no período por meio da compatibilização de dados tributários oriundos da declaração do imposto sobre a renda da pessoa física (DIRPF) e das PNAD entre 2006 e 2012. Por meio da interpolação de dados, os autores compatibilizaram as diferentes fontes de dados e encontraram evidências de que a desigualdade de renda no período

foi mais alta do que se imaginava. Apesar de ter havido crescimento no rendimento da população, sua distribuição foi heterogênea e beneficiou grupos situados no topo da distribuição.

Pedro Souza e Marcelo Medeiros (2015) aumentam o escopo temporal dos dados e trazem estimativas da apropriação da renda pelo 1% mais rico no Brasil desde 1928. Os resultados do estudo apontam para altos patamares de concentração da renda no topo no país durante todo o século XX. Em média, 15% de toda renda foi acumulada pelo 1% mais rico no período; contudo, nenhuma tendência de longo prazo foi identificada, apesar de algumas das flutuações poderem ser atribuídas a diferentes contextos históricos. A instalação da ditadura militar em 1964, por exemplo, foi acompanhada por um aumento da apropriação dos rendimentos entre o 1% mais rico.

Souza (2018) retorna aos dados, ampliando o escopo temporal para avaliar a desigualdade entre 1926 e 2015 com maior fôlego teórico e também com uma avaliação comparativa dos resultados brasileiros. Seus resultados apontam para altos patamares da desigualdade entre todos os países avaliados (Estados Unidos, França e Suécia), porém as tendências ao longo do século não foram as mesmas. A tendência da desigualdade no Brasil não se parece com o padrão de alto patamar seguido por queda e posterior crescimento da desigualdade nos Estados Unidos, tampouco com o alto patamar seguido de queda e estabilização observado na França. Eventos históricos como a Segunda Guerra Mundial também tiveram efeitos discrepantes, de diminuição da desigualdade nos países avaliados e aumento no Brasil. A observação das tendências da desigualdade de longo prazo faz com que o autor chame atenção para a

importância do arcabouço institucional do país, uma vez que as tendências observadas na série temporal da desigualdade coincidem com a natureza dos regimes políticos e com as consequências institucionais decorrentes das sucessivas mudanças ocorridas no Brasil no século XX.

Esses trabalhos calibraram todas as pesquisas sobre desigualdade de renda no Brasil (não somente a sociológica), que haviam destacado uma queda da desigualdade com a estabilização da moeda, em 1995, e a intensificação da tendência de queda a partir de 2003 (Barros; Franco; Mendonça, 2006). Como apontamos, além do nível de inferência ter que ser qualificado, as próprias conclusões anteriormente alcançadas pelos trabalhos dos sociólogos e economistas tiveram de ser reinterpretadas como válidas não para toda a distribuição de renda, mas apenas para uma parte da distribuição: os 90 ou 95% mais pobres.

Infelizmente, apesar desses resultados altamente significativos, um limite dos dados vindos do IRPF é que eles não vêm acompanhados de características dos detentores das rendas pela natureza sigilosa dos dados. Não é possível saber o sexo, a raça, a ocupação ou qualquer outra característica associada aos detentores dos rendimentos. Sendo assim, até que novos tipos de acesso sejam negociados entre os produtores dos dados, somente a complementariedade entre pesquisas focadas em diferentes pontos da distribuição de renda serão capazes de responder as perguntas relativas a como os grupos se associam à desigualdade de rendimentos no país.

Embora esses trabalhos sobre o topo da distribuição de renda sejam fundamentais, eles não invalidam, e sim qualificam limites das estimativas dos trabalhos anteriores. Ou seja, tanto os *surveys* (PNAD, PME,

POF etc.) quanto os dados do IRPF apresentam limitações, mas ambos os tipos de fontes de dados são relevantes para entendermos as dinâmicas populacionais e outras relacionadas às desigualdades em diferentes partes da distribuição de renda. Em nossa visão, não se trata de trocar uma interpretação pela outra, mas sim de qualificar melhor as análises e combinar diferentes fontes para o estudo das desigualdades de renda, que são extremamente importantes para entendermos melhor a sociedade brasileira.

### **Estratificação e desempenho educacional**

#### *Estratificação educacional e desigualdade de oportunidades educacionais*

O efeito dos recursos dos pais sobre os resultados educacionais dos filhos define a desigualdade de oportunidades educacionais (DOE), o que desempenha papel central na reprodução intergeracional da desigualdade socioeconômica nas sociedades modernas. Nessa área, as pesquisas focalizam principalmente quatro eixos associados às desigualdades de oportunidades e à expansão do sistema educacional:

- estratificação vertical do sistema;
- mudanças históricas;
- estratificação horizontal do sistema;
- desigualdade no desempenho educacional.

A estratificação vertical é o estudo das desigualdades de oportunidades entre indivíduos com origens socioeconômicas distintas em cada etapa ou transição do sistema educacional (por exemplo,

entrar na escola, concluir primeiro ciclo do ensino fundamental, concluir ensino médio etc.). As mudanças históricas são analisadas, geralmente, com base no estudo das tendências nas desigualdades de oportunidades educacionais, observadas por meio das trajetórias educacionais das pessoas que passaram (ou não) pelo sistema em diferentes períodos históricos — observados indiretamente nas sucessivas coortes de idade ou, mais atualmente, pela comparação das ondas de pesquisas longitudinais. A estratificação horizontal é definida pelas diferenças qualitativas em cada nível educacional; por exemplo, diferença entre escolas públicas ou privadas, diferentes tipos de curso universitário, diferentes tipos de instituição de ensino etc. Em suma, diferenças institucionais que estruturam a oferta do ensino entre escolas e cursos em um mesmo nível educacional. Por fim, estudos focados no desempenho educacional buscam entender a inter-relação entre fatores individuais e institucionais na estruturação do desempenho (proficiência) escolar — como e se há variabilidade, por exemplo, entre alunos que frequentam escolas diferentes<sup>7</sup>. Essa última linha de pesquisas se encontra na interseção entre a sociologia da educação e da estratificação, tanto no exterior como no Brasil. Apontamos aqui sua evidente proximidade com as pesquisas sobre estratificação educacional e chamamos atenção para a possibilidade de diálogos ainda não realizados no contexto brasileiro. Sendo assim, nossa estratégia dá mais atenção ao que é convencionalmente conhecido como estratificação educacional e chama atenção para o diálogo entre

7 Há diferentes formulações teóricas que interpretam a existência do fenômeno da DOE tanto com base em argumentos culturalistas sobre a prevalência desigual de valores associados à escolarização entre famílias como ponderações sobre como o cálculo de custo-benefício da escolarização é feito de forma diferente entre estudantes de origens sociais distintas. Para uma excelente apresentação desses argumentos, ver Picanço e Moraes (2016).

pesquisas preocupadas com a longevidade escolar (foco da estratificação educacional) e o desempenho educacional (importante na sociologia da educação)<sup>8</sup>.

O trabalho de Mare (1980; 1981)<sup>9</sup> é uma referência analítica e metodológica seminal para o estudo da relação entre origem social, escolhas educacionais e expansão educacional. Isso porque ele foi o primeiro sociólogo a chamar atenção e propor soluções estatísticas para a possibilidade de analisar o processo de escolarização como uma série de decisões que estudantes e suas famílias fazem e a necessidade de separar a dispersão da distribuição da escolaridade<sup>10</sup>. Esse raciocínio permitiu às pesquisas operacionalizar e modelar a influência dos aspectos da origem social dos indivíduos (região de nascimento, escolaridade e classe dos pais, raça, sexo, entre outras) no alcance educacional de diferentes segmentos de uma população. Quanto menos associação houver entre características de origem e chances de fazer transições educacionais, menos DOE pode ser identificada. Vários estudos (Marteletto; Carvalhaes; Hubert, 2012; Ribeiro, 2009; 2011; Hasenbalg; Silva, 2003) dedicados à estratificação educacional vigente durante e após a década de 1990 no Brasil identificaram — utilizando diferentes variáveis para operacionalizar o nível socioeconômico, principalmente classe e escolaridade dos pais — um padrão de

eliminação da desigualdade de oportunidades nos níveis mais baixos de escolarização no país: o acesso à escola e a conclusão do que é atualmente conhecido como o primeiro ciclo do ensino fundamental (antigo primário). Ainda que seja um resultado a ser celebrado, essa é uma marca tardia, alcançada somente na década de 1990. Outros países, como o México, atingiram esse patamar anteriormente, enquanto países industrializados tiveram a universalização do acesso à escola e aos níveis iniciais de escolarização ainda mais cedo (Marteletto; Carvalhaes; Hubert, 2012). Outro limite ao otimismo, como vamos mostrar a seguir, é que a ampliação do sistema deslocou a desigualdade do acesso à escola para dentro dela (Oliveira, 2007), como mostram os indicadores ligados aos padrões de repetência (Leon; Menezes-Filho, 2002) e desempenho escolar dos alunos brasileiros em diferentes fases da escolarização.

Uma característica dos sistemas educacionais e de sua expansão é que, à medida que um sistema se torna menos desigual em um de seus segmentos, essa equalização pode ser reproduzida nos segmentos seguintes ou então pressionar o sistema escolar de tal forma que a desigualdade se desloca para outras partes do sistema. Se há uma equalização das oportunidades ao longo de vários segmentos do sistema escolar, podemos classificar a situação de “efeito inercial da igualdade” e,

---

8 Não haverá uma imersão mais profunda nessa área vizinha por termos de espaço e em justiça à própria área, que trata de importantes temas, como a relação entre aluno, família, escola e políticas públicas.

9 Há diversos estudos de estratificação educacional desenvolvidos nas duas últimas décadas no Brasil, mas, nos anos 1980 e 1990, também foram feitos alguns trabalhos clássicos. Silva (capítulo 5, em Silva e Haenbalg, 1992), por exemplo, desenvolveu estudos usando os dados da PNAD de 1982. Esses mesmos dados foram usados por Fletcher e Ribeiro (1987) para estudar os altos níveis de reprovação no ensino elementar, o que chamaram de “pedagogia da repetência” — expressão que ganhou grande notoriedade nos estudos sobre educação no Brasil.

10 Mare (1980; 1981) diferencia “desigualdade de oportunidades educacionais” (transições) de “desigualdade de resultados educacionais” (anos de estudo). Ambas seriam importantes, no entanto. Ribeiro (2011) explora essa relação entre os dois tipos de desigualdade educacional.

se há o deslocamento da desigualdade para outros pontos do sistema, podemos chamar esse efeito de “adiamento da seletividade” no sistema educacional (Shavit; Yaish; Bar Haim, 2007). Esse seria um cenário provável dado tanto o aumento da quantidade de estudantes presentes no sistema quanto o aumento da heterogeneidade dos alunos e a necessidade de o sistema escolar se adaptar em diversos sentidos (que variam do pedagógico ao infraestrutural). Ao interpretarmos as tendências apresentadas pela literatura sobre estratificação no Brasil, há fortes evidências na direção do “adiamento da seletividade” do sistema educacional, uma vez que o país ainda mostra altos patamares de seletividade socioeconômica no avanço da carreira escolar. Os estudos que focaram em transições educacionais posteriores à conclusão do primeiro ciclo do sistema educacional (antigo primário) no sistema educacional brasileiro apontaram que há significativa desigualdade na entrada no ensino médio e na sua conclusão. O ensino superior segue, igualmente, tendo alto patamar de desigualdade de acesso entre estudantes de diferentes origens familiares. Diversos estudos subsidiam essas afirmações.

Com base nos dados dos censos populacionais de 1960 a 2010, Murillo Marschner de Brito (2017) ilustra como a conclusão do ensino fundamental passou de algo raro a relativamente comum, independentemente do nível socioeconômico das crianças; no entanto, o estudo aponta para como o processo foi feito em velocidades distintas por estudantes de diferentes classes sociais. Para aqueles de classes mais altas, a conclusão da transição passou a ser comum na década de 1980, enquanto para as classes mais baixas isso só ocorre em 2010. Ribeiro (2011) aponta uma associação negativa entre origem social e acesso e conclusão do ensino

médio para pessoas nascidas antes de 1950. Torche (2010) encontrou crescimento da desigualdade nessas transições para aqueles nascidos antes da década de 1970. Um dos estudos mais recentes a avaliar a questão (Marteleto; Marschner; Carvalhaes, 2016) compara coortes nascidas entre 1984–1988 e 1989–1992. Apesar de próximas em termos de suas idades de nascimento, essas pessoas passaram pelo sistema educacional em datas diferentes, o primeiro grupo entre 1998 e 2002 e o segundo entre 2003 e 2006. O estudo, que utiliza dados coletados em 2013, identifica estabilidade da desigualdade de oportunidades entre grupos socioeconômicos para entrada no ensino médio, aumento da desigualdade para conclusão do ensino médio e estabilidade para o ensino superior.

Além de aspectos socioeconômicos, os estudos sobre estratificação educacional também destacam a importância da raça na estruturação da DOE. Os diferentes níveis de escolarização e a sistemática persistência de hiatos do alcance educacional da população que se autocalifica como branca, preta ou parda é tida como uma peça importante para o entendimento das relações raciais brasileiras. Essa seria uma dimensão fundamental para entender o processo de acúmulo da desigualdade ao longo do ciclo de vida dos negros brasileiros, como sistematicamente argumentado nos clássicos estudos de Nelson do Valle Silva e Carlos Hasenbalg (para uma revisão dos argumentos nessa linha, ver Ribeiro, 2018).

Fernandes (2004) faz uso dos dados da PNAD 1988 para estudar os efeitos de raça/cor nas seguintes transições: entrar na escola, terminar o primeiro ciclo do ensino fundamental, completar o ensino fundamental, completar o ensino médio e entrar no ensino superior. Seu estudo avalia

11 coortes nascidas entre 1882 e 1963. Seus resultados apontam para a persistência ou até o aumento do efeito da variável racial ao longo do tempo, o que leva a autora a concluir que o processo de expansão educacional no Brasil não levou à diminuição dos efeitos raciais na estruturação da desigualdade de oportunidades, que foram estáveis nos 81 anos avaliados pela autora.

Ribeiro (2011) também investiga os efeitos raciais, mas avalia coortes mais jovens que Fernandes (2004). O trabalho contempla a desigualdade racial de oportunidades educacionais de quatro coortes nascidas entre 1944 e 1983 presentes na pesquisa das dimensões sociais das desigualdades. Seus resultados apontam para a persistência da desigualdade racial na conclusão das primeiras séries do ensino fundamental, na conclusão do ensino médio e na entrada do ensino superior. Os efeitos identificados pelo autor apontam que, em média, brancos têm 1,5 vez mais chance de completar um determinado nível de ensino quando comparados a pretos e pardos.

Marteletto, Marschner e Carvalhaes (2016) comparam coortes ainda mais jovens, nascidas entre 1985 e 1992. Mobilizando um banco de dados representativo para jovens brasileiros entre 15 e 29 anos, o artigo aponta para a ausência de efeitos raciais na entrada do ensino médio, presença para conclusão do ensino médio na coorte mais jovem e ausência de efeito para entrada no ensino superior. Ribeiro (2009) usou dados da PPV<sup>11</sup> de 1996/1997 para analisar as transições educacionais. O trabalho usa interações estatísticas entre raça, gênero e classe de origem e identifica aumento da

desigualdade para entrar no ensino superior em coortes mais velhas do que as estudadas por Marteletto, Marschner e Carvalhaes (2016) — ou seja, coortes que não foram afetadas pela expansão recente — e atribui essa tendência a um efeito de gargalo relacionado à expansão do ensino primário que não foi acompanhada por crescimento do ensino superior. Em conjunto, esses trabalhos fornecem um panorama da saliência da desigualdade racial no sistema educacional brasileiro e como a distribuição desigual de oportunidades entre negros e brancos segue sendo um desafio para a vivência de menor desigualdade racial no país.

Até aqui analisamos estudos que se concentram na dimensão vertical da desigualdade. Essas pesquisas contrastam diferentes segmentos do sistema escolar (por exemplo, ensino fundamental *versus* ensino médio). Outra dimensão da estratificação educacional é a horizontal, que analisa segmentos internos a um mesmo nível (escolas públicas *versus* privadas, ensino diurno *versus* noturno, estudar medicina *versus* ciências sociais etc.)<sup>12</sup>. Isso é importante porque mesmo que um determinado nível educacional fique mais acessível para os diferentes grupos, é fundamental entender *onde* o acesso ocorre. Mulheres, por exemplo, têm maior longevidade em sua escolarização no Brasil desde os anos 1970, mas o padrão de segmentação feminina na escolha de cursos superiores é uma peça importante para entender por que mulheres e homens têm remunerações diferentes no mercado de trabalho.

A investigação da desigualdade horizontal foi adotada para estudar como se estrutura

11 Pesquisa de padrões de vida, realizada nos anos de 1996 e 1997 pelo IBGE.

12 Para uma discussão sobre a especificidade do desenvolvimento do ensino superior brasileiro e sua relação com a desigualdade horizontal, ver o livro *Expansão, diferenciação e desigualdades no ensino superior* (Prates; Collares, 2014).

a DOE no ensino superior brasileiro. Ribeiro e Schlegel (2015) utilizaram dados do censo demográfico de 1960 a 2010 para estudar a estratificação horizontal entre aqueles que completaram o ensino superior no Brasil por gênero e raça. Os autores mostram que há uma enorme expansão do ensino superior e que o percentual de mulheres formadas passou de 10% na década de 1960 para mais de 50% a partir de 1991. Houve diminuição da desigualdade de gênero significativa, embora alguns cursos permaneçam sendo predominantemente acessados por mulheres enquanto outros incluem uma maioria de homens. Além disso, os autores indicam que diminuiu a desigualdade racial em termos da conclusão de cursos superiores, a despeito do fato de pretos e pardos permanecerem se formando principalmente em cursos de menor retorno salarial no mercado de trabalho, como serviço social e pedagogia. Em outras palavras, houve diminuição da desigualdade de oportunidades em termos de gênero e raça, embora ainda haja muita desigualdade tendo em vista que pretos, pardos e mulheres tendem a se concentrar em cursos com retornos salariais mais incertos.

Igualmente preocupados com a estratificação horizontal das oportunidades educacionais no ensino superior brasileiro, Carvalhaes e Ribeiro (2019) utilizam dados dos ENADE<sup>13</sup> de 2007, 2008 e 2009 para identificar a presença ou ausência da desigualdade socioeconômica, racial e de gênero entre os ingressantes do sistema terciário no Brasil. Seus resultados apontam a desigualdade socioeconômica polarizada entre cursos com sobre-representação de alunos de nível socioeconômico baixo (matemática, geo-

grafia, pedagogia, letras, ciências contábeis, história/filosofia e serviço social) e também a presença de vários cursos com sobre-representação de alunos de nível socioeconômico alto (medicina, relações internacionais, odontologia, arquitetura/urbanismo/*design*, veterinária, comunicação social e teatro/música). O estudo também indica que há forte estratificação por sexo entre os diferentes cursos universitários. Engenharia, agronomia e economia para homens, e pedagogia, secretariado executivo, nutrição, fonoaudiologia, serviço social, enfermagem, psicologia, letras e arquivologia/biblioteconomia para mulheres. A desigualdade racial também é identificada e basicamente se sobrepõe à desigualdade socioeconômica.

Do ponto de vista substantivo, apontamos dois limites que podem também ser tomados como sugestões para a pesquisa futura sobre estratificação educacional no Brasil. Primeiramente, há poucos trabalhos que tenham focado na desigualdade das oportunidades educacionais do ponto de vista do gênero. Apesar de a variável “sexo” estar presente em grande parte dos estudos, ela é tratada, na maioria das vezes, como controle estatístico. Ribeiro e Schlegel (2015) e Carvalhaes e Ribeiro (2019) chamam a atenção para a segregação de escolhas educacionais, mas apontam também para outras dimensões, tais como nível socioeconômico e raça, além de focalizarem o ponto final da trajetória educacional.

O interesse analítico e empírico na desigualdade de gênero é justificado por vários motivos. Um primeiro é que vários estudos internacionais (Diprete; Buchmann, 2013) apontam para a reversão

13 O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes, conduzido pelo INEP, é uma prova que avalia o rendimento dos concluintes dos cursos de graduação e também contém uma série de informações individuais dos alunos, como sua origem social, sexo e raça. Os cursos são avaliados a cada três anos, por isso, a combinação dos bancos de dados é necessária.

da desigualdade em todos os níveis de ensino, que anteriormente favorecia homens e atualmente favorece mulheres. Isso teria ocorrido no Brasil? Se sim, para quais níveis educacionais? Quando? Isso é heterogêneo quando analisados a interseccionalidade de gênero, o nível socioeconômico e a raça? Por que isso ocorre? São dinâmicas na sala de aula? Nas famílias? Pesquisas sobre transições na vida adulta apontam para a forte estruturação socioeconômica da saída da escola, formação de família e fecundidade, questões em que a dimensão de gênero é altamente importante (Camarano; Kanso, 2012; Cardoso, 2013), forte indicação da relevância empírica de um foco específico de gênero para o estudo de transições educacionais. Todas essas perguntas são interessantes e podem ser tomadas como direções relevantes para a pesquisa futura.

Um segundo limite que podemos apontar é a falta de atenção que os trabalhos têm para a alta desigualdade regional entre as diferentes unidades da federação do país (para uma exceção em termos de região e gênero, ver Ribeiro, 2009). Como os resultados indicados anteriormente variaram entre as unidades da federação? Quais tiveram resultados positivos precocemente? E tardiamente? Quais estados convivem com patamares de desigualdade “anacrônicos” quando comparados a outros? Naturalmente, a resposta a essas perguntas mostra um enorme potencial para o diálogo entre a literatura de estratificação educacional e políticas públicas no país.

Do ponto de vista metodológico, alguns dos estudos revisados anteriormente ou trabalhos com preocupação semelhante podem ser criticados para sinalizar que os resultados devem ser interpretados à luz tanto do processo de geração da informação analisada quanto de algumas especificidades

estatísticas que surgem pela modelagem estatística mobilizada. Um problema relativamente comum em vários trabalhos presentes na literatura (Mont’alvão, 2011; Picanço, 2016; Brito, 2017; Salata, 2018b) é a falta de atenção para o modo como a estrutura de disponibilidade da informação afeta os efeitos identificados nos modelos. Se o estudo tem como interesse verificar algum tipo de estruturação socioeconômica da desigualdade e *não há disponibilidade de informações retrospectivas sobre a origem familiar*, transições educacionais avançadas (completar ensino médio, entrar no ensino superior) têm de ser avaliadas com muita cautela. Isso porque esses estudos avaliam somente aquelas pessoas que frequentam ou frequentaram determinados níveis de ensino e ainda moram com os pais. Se essas pessoas já saíram dos domicílios de sua origem familiar, a informação sobre sua origem socioeconômica (que tipicamente vem das informações dos pais) não existe. Como há evidências de que o padrão de saída do domicílio em diferentes fases do ciclo de vida não é aleatório (Ribeiro, 2014a), ao construir amostras analíticas que contam somente com indivíduos que ainda moram com suas famílias, esses trabalhos produzem resultados potencialmente enviesados para transições educacionais como a entrada no ensino superior e sua conclusão.

Um problema parecido surge também em alguns estudos (Brito, 2017; Salata, 2018a) que utilizam como variável independente de foco algum tipo de operacionalização de variáveis de classe social com base nas informações ocupacionais disponíveis para os pais dos indivíduos avaliados. Se a própria existência do vínculo que possibilita a operacionalização da variável de classe é por si mesmo altamente estruturado socioeconomicamente no Brasil,

ao trabalharem com amostras que necessitam da existência da informação, os autores incorporam a seletividade socioeconômica em seus modelos de uma forma não analisada. O uso irrefletido do indicador como variável central para a avaliação da desigualdade parece-nos temeroso, na medida em que casos sem a informação ocupacional não sejam levados em conta. Como a presença ou ausência dessa informação não é aleatória, há novamente introdução de viés nas análises.

Por fim, também é possível apontar que os modelos estatísticos voltados para variáveis dependentes binárias — estratégia de modelagem mais comum identificada entre os trabalhos elencados — foram duramente criticados pela literatura na sociologia (Buis, 2011) e em outras áreas (Cameron; Heckman, 1998). Dada a estrutura substantiva do problema avaliado, as transições sequenciais no sistema educacional, a estrutura dos dados e as pressuposições dos modelos não permitem as comparações entre os coeficientes (para uma revisão da literatura metodológica, ver Breen; Karlsson; Holm, 2018). Não vamos nos aprofundar no assunto dado seu forte conteúdo técnico e estatístico, mas apontamos que poucos estudos pareceram estar atentos a esse problema e às soluções disponíveis na literatura para contorná-lo. Essa desatenção tem um efeito substantivo claro: o principal indicador para interpretação da desigualdade de oportunidades nesses modelos, as razões de chance, não pode ser diretamente interpretado na comparação de modelos ajustados para subamostras diferentes. Do ponto de vista substantivo, isso não implica que qualquer interpretação que compare razões de chance calculadas por modelos de regressão logística entre diferentes subamostras (por exemplo, entre a mesma transição para

diferentes coortes ou diferentes transições para a mesma coorte) esteja simplesmente errada. Diversas soluções encontram-se disponíveis na literatura (Mize; Doan; Long, 2019) e é necessário que os sociólogos brasileiros estejam atentos à necessidade de incorporá-las.

### *Desempenho educacional*

Outro conjunto de estudos também se preocupa com a estruturação da distribuição da DOE, mas o faz por outro prisma. Em vez de analisar a longevidade da duração da trajetória escolar, esses estudos focam no desempenho (proficiência) dos alunos. Essa linha de pesquisa segue a tradição da sociologia da educação que, diante de resultados que apontavam para o peso da família na estruturação da DOE, procurou investigar se, como e quais escolas conseguiram contrapor a significativa influência familiar sobre resultados educacionais.

O Brasil conta com diversas pesquisas sobre seu sistema educacional que visam aferir a proficiência dos alunos e como elas evoluem ao longo do tempo. Os dados vêm de pesquisas de larga escala, como a Prova Brasil, o SAEB, o ENEM e o ENADE (Franco, 2001; Verhine; Dantas; Soares, 2006). Com diferentes níveis de periodicidade e abrangência, esses dados contam com a presença de provas que medem conteúdos diferentes (por exemplo, matemática, português, ciências). Isso permite a operacionalização de variáveis que representam a proficiência dos alunos em diferentes domínios. Como os levantamentos também contam com a presença de informações contextuais sobre características dos alunos, suas famílias e suas escolas, esses dados são uma fonte rica de informação para o conhecimento da realidade educacional no país nas seguintes dimensões:

- equidade dos resultados educacionais;
- como fatores escolares explicam o desempenho dos alunos (Franco, 2001).

O espaço não nos permite uma análise exaustiva dessa literatura (para uma revisão recente, ver Karino; Laros, 2017), mas podemos apontar trabalhos que representam o potencial e a qualidade dessa vertente de estudos que traz um diálogo interessante entre a educação, a sociologia e, nesta, entre as áreas da sociologia da educação e da estratificação social. Como ficará claro, essa perspectiva é complementar às abordagens previamente apresentadas principalmente porque traz à tona a importância da dimensão institucional na estruturação de resultados escolares ao trazer a escola para o centro da reflexão. A seleção de trabalhos sobre essa temática se dá fundamentalmente porque há diversos pesquisadores brasileiros ligados direta ou indiretamente à sociologia que estão interessados em como se estrutura a desigualdade na proficiência dos alunos que frequentam o sistema educacional brasileiro, tema de evidente interesse nesta revisão.

Andrade e Soares (2008) usam dados de cinco edições do SAEB para demonstrar que os efeitos das escolas são estáveis ao longo do tempo no Brasil, no entanto apontam que há uma série de escolas com efeitos positivos e negativos em seus alunos, além de estabelecimentos com desempenho abaixo do que é esperado com base na composição de seu corpo discente e nas condições de infraestrutura do ambiente escolar. Esse tipo de resultado é importante, porque contradiz teses que enxergam a escola como meramente reprodutora da desigualdade social. Apesar de os resultados educacionais serem de fato desigualmente distribuídos, abundam também, em todo país, escolas que recebem alunos em condições familiares

desprivilegiadas, mas mesmo assim conseguem contrapor as adversidades e elevar o desempenho dos estudantes.

Soares e Alves (2013) retomam essa discussão com o intuito de identificar quais são essas escolas e em quais municípios elas estão. Para tanto, usam dados da Prova Brasil de 2005, 2007, 2009 e 2011 para investigar quais escolas e municípios brasileiros produziam resultados positivos para alunos do ensino fundamental do quinto e do nono ano. O estudo aponta que meninas têm desempenho superior a meninos, brancos têm resultados superiores a negros, estudantes de nível socioeconômico maior têm resultados melhores e alunos em atraso escolar menor proficiência. Os resultados das escolas e municípios indicam que a heterogeneidade socioeconômica da escola (operacionalizada mediante a composição de estudantes de diferentes níveis socioeconômicos) é estruturante do nível de desempenho, o que leva os autores a apontar a necessidade de analisar a qualidade da educação considerando dimensões contextuais.

Os estudos sobre eficácia escolar são uma contribuição importante para o debate sobre estruturação de oportunidades educacionais. Além das questões analíticas previamente ressaltadas e dos resultados empíricos alcançados, sua interlocução com a reflexão sobre políticas públicas é um resultado interessante da pesquisa sobre a estruturação da DOE no Brasil.

Do ponto de vista científico, uma fronteira promissora sobre esse tema é a compatibilização entre os modelos de transições e os modelos de desempenho como tentativa de modelar os mecanismos diretos e indiretos que produzem a desigualdade educacional. Essa seria uma forma de investigar os efeitos “primários” e “secundários” na estruturação

da desigualdade socioeconômica nas oportunidades educacionais (Boudon, 1974). Efeitos primários são aqueles que têm efeito direto no desempenho educacional dos alunos, enquanto efeitos secundários são aqueles expressos nas escolhas educacionais realizadas por estudantes de diferentes origens sociais com base em seus heterogêneos níveis de desempenho acadêmico (Jackson *et al.*, 2007). Os capítulos de *Determined to Succeed? Performance versus Choice in Educational Attainment* (Jackson, 2013) mostram como a consideração simultânea dos efeitos socioeconômicos no desempenho e escolhas ocorrem entre diferentes países e como essas dimensões são importantes no entendimento da estruturação das oportunidades educacionais.

### *Mobilidade social*

Nesta seção, faremos uma revisão dos trabalhos publicados a partir do fim dos anos 1990 e que não foram incluídos na revisão mais recente sobre o tema feita por Nelson do Valle Silva há quase duas décadas (Silva, 2002). A maioria desses novos trabalhos fez uso de dados sobre mobilidade social que continuaram a ser coletados pelas pesquisas do IBGE (PNAD de 1973, 1976, 1982, 1988, 1996 e 2014; PPV 1996/7) ou em outras pesquisas independentes (Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade — PDSD 2008).

Os estudos sobre mobilidade social intergeracional são centrais para analisar a desigualdade de oportunidades. Ao mensurarmos a associação estatística entre condições socioeconômicas nas famílias em que os indivíduos cresceram e as condições socioeconômicas que alcançam na vida adulta, podemos saber o quanto ambas estão correlacionadas. Se a correlação for forte, há mais desigualdade nas chances

de mobilidade intergeracional. Há, no entanto, diversas medidas de mobilidade social que variam de acordo com os métodos utilizados e as formas de mensuração das variáveis para famílias de origem e de destino. Tradicionalmente a sociologia empregou duas abordagens: a da análise de classes (Goldthorpe, 1987; Breen; Jonsson, 2005) — mensurada como categorias ocupacionais — e a dos estudos de realização de *status* socioeconômico (Blau; Duncan, 1967; Simkus, 1981) — mensurada por meio da hierarquização das ocupações em índices de acordo com os níveis de renda e educação de cada ocupação. Até o início da década de 1980, a maioria dos trabalhos sobre mobilidade social foi desenvolvida por sociólogos, mas após o trabalho de Becker e Tomes (1986) vários estudos começaram a ser desenvolvidos por economistas que propuseram diversas outras medidas e conceitos para estudar a mobilidade social (Jantti; Jenkins, 2013). Atualmente, vários sociólogos também se voltaram para o estudo da mobilidade intergeracional, usando outras variáveis, como renda (Bloomer; Dyer; Zhou, 2018), educação (Blanden, 2013), riqueza (Conley, 2007) e até contextos (Sharkey, 2008).

Desde o fim dos anos 1990, muitos trabalhos investigaram a mobilidade social e a desigualdade de oportunidades. Outro aspecto extremamente relevante é o fato de que alguns estudos sobre mobilidade social avaliam o efeito mediador da educação alcançada pelos filhos, ou seja, o efeito que a origem socioeconômica (O) tem nas chances educacionais (E) do filho (associação OE), o efeito da educação (E) alcançada no destino (D) socioeconômico dos filhos adultos (associação ED) e o efeito da origem (O) no destino (D) controlado pelo efeito da educação (efeito OD|E). Em outras palavras,

muitos estudos avaliam a mobilidade social levando em conta todos os efeitos presentes no triângulo básico ligando origem (O), educação (E) e destino (D).

### *Mobilidade de classe*

Nas duas últimas décadas, diversos trabalhos usando medidas de classe social para estudar a mobilidade social foram desenvolvidos. A diferença entre taxas absolutas e relativas de mobilidade intergeracional é central nessa perspectiva. Taxas absolutas são simplesmente cálculos percentuais usando a tabela de contingência (Picanço, 2006), enquanto taxas expressas em termos de razões de chances são cálculos que refletem o grau de associação estatística estimadas em modelos log-lineares ajustados às tabelas de contingência cruzando classes de origem por classes de destino<sup>14</sup>.

O primeiro trabalho a mobilizar essa estratégia metodológica identificado no período coberto por esta revisão foi o livro de Maria Celi Scalon (1999). Inicialmente uma tese de doutorado defendida no IUPERJ e posteriormente publicada em livro, a autora mobiliza os dados da PNAD de 1988 para analisar a diferença nos padrões de mobilidade intergeracional entre homens e mulheres. Para mensurar as condições socioeconômicas, a autora usou um esquema de classes ou grupos ocupacionais desenvolvido por Nelson do Valle Silva (1988). O trabalho demonstra empiricamente que as categorias originalmente propostas por Silva (1988) poderiam ser reduzidas de dezoito para nove categorias sem que houvesse perda de poder explicativo em termos da associação entre classes de origem (dos pais) e de destino (dos filhos). Além disso, mostrou que em

1988 não havia diferença significativa entre homens e mulheres no padrão de associação entre classes de origem e de destino. O padrão foi desenhado usando modelos log-lineares conhecidos como “topológicos”. Esses modelos permitem definir algumas principais barreiras à mobilidade relativa ou à fluidez social no Brasil. Em termos de taxas absolutas de mobilidade social, no entanto, o estudo mostra que há diferenças entre os padrões de mobilidade de homens e mulheres.

O esquema de classes usado por Scalon (1999) assemelha-se muito ao esquema EGP (Erikson; Goldthorpe; Portocarero, 1979) desenvolvido para estudo da mobilidade social na Inglaterra, França e Suécia, posteriormente rebatizado de CASMIN em trabalho comparativo sobre mobilidade social em países socialistas e industrializados (Erikson; Goldthorpe, 1992). Essa característica foi explorada em quatro outros estudos comparando o Brasil com diversos países em termos das taxas absolutas e relativas (ou fluidez social) de mobilidade social. Ribeiro e Scalon (2001) mostraram que a fluidez social para os homens aumentou no Brasil entre 1973 e 1996. Ribeiro (2006) usou modelos topológicos para estimar a associação estatística entre classes de origem (O), educação alcançada pelos filhos (E) e classe de destino dos filhos (D). Mecanismos de inclusão educacional (associação OE) e de ligação entre educação e classes de destino no mercado de trabalho (associação ED) foram investigados em conjunto com os efeitos diretos de classe de origem em classe de destino controlados pela educação (associação OD|E).

Ribeiro (2007) e Ribeiro e Solis (2016) compararam os padrões e a força da

---

<sup>14</sup> Há vários livros sobre esses modelos disponíveis, mas, para uma versão brasileira, ver o livro *Introdução à Análise de Dados Qualitativos* (Silva, 1990).

associação entre origem e destino de classe (OD) no Brasil (em 1973, 1982, 1988, 1996, e 2008) com os padrões dos seguintes países: Alemanha, Austrália, Argentina, Chile, China, Coreia do Sul, Escócia, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Hungria, Inglaterra, Irlanda, Irlanda do Norte, Israel, Itália, Japão, Noruega, México, Peru, Polônia, Rússia, Suécia, Taiwan e Uruguai. Esses estudos mostram que, na década de 1970, o Brasil encontrava-se entre os países mais rígidos, mas passa a estar em uma posição intermediária na década de 1990. Posteriormente os estudos indicaram que as comparações devem ser feitas levando-se em conta outras variáveis, como coorte de nascimento e idade, que se assemelham entre os anos das pesquisas analisadas (Breen; Jonsson, 2005; Breen, 2010). Por exemplo, pessoas com 20 anos em 1973 teriam 29 anos em 1982, e, portanto, podemos levar em conta a coorte de idade em que a pessoa nasceu e/ou sua idade em cada ano da pesquisa.

Esse tipo de análise levando em conta a origem de classe (O), o destino de classe dos filhos (D), a educação alcançada pelos filhos (E), a coorte de nascimento do filho (C), o ano da pesquisa (P) e a idade dos filhos (A) foi aplicado por Torche e Ribeiro (2010) para o período entre 1973 e 1996 e por Ribeiro (2012) para o período 1973 a 2008. Essas análises indicam diminuição da associação entre origem e educação (OE), entre educação e destino (ED), mas aumento da associação entre origem e destino descontando o efeito de educação (OD|E) a partir de 1988. Essas tendências combinam-se e indicam que a associação entre origem e destino de classes tende a diminuir no Brasil. Em um estudo mais recente, Ribeiro (2017c) inclui a PNAD 2014 na comparação e mostra que a fluidez

continuou a aumentar, ou seja, a associação entre origem e destino de classe no Brasil vem caindo desde 1973, o que indica que a desigualdade de oportunidades está diminuindo no país.

As interseções entre raça e classe e gênero e classe, no que diz respeito aos padrões de mobilidade intergeracional, também foram analisadas respectivamente por Ribeiro em duas publicações (Ribeiro, 2006; 2007). No trabalho sobre mobilidade, classe e raça, Ribeiro (2006) mostrou que não havia diferença nos padrões de mobilidade para pessoas com origem nas classes mais baixas, ou seja, a classe é mais importante do que a raça para definir a mobilidade entre os menos privilegiados. No entanto, para pessoas com origens de classe mais alta, há forte diferença na medida em que brancos têm mais chances de mobilidade ascendente e de imobilidade (quando estão no topo) do que pardos e pretos. Em suma, há interação entre classe de origem e raça. Em termos da mobilidade intergeracional de homens e mulheres, Ribeiro (2007) mostrou que os padrões de mobilidade via mercado de trabalho dos homens são semelhantes aos padrões de mobilidade via mercado matrimonial para as mulheres, o que ainda é uma consequência direta das desigualdades de gênero na participação no mercado de trabalho.

A tradição de estudos sobre mobilidade intergeracional de classes no Brasil expandiu-se enormemente nas últimas décadas no Brasil. Ainda há muitos temas que podem ser explorados partindo dessa perspectiva, até mesmo porque há dados recentes da PNAD de 2014 sobre mobilidade social intergeracional.

#### *Realização de status ocupacional (status attainment)*

Alguns poucos estudos também foram feitos seguindo a abordagem dos estudos de

realização de *status* ocupacional, inicialmente propostos por Blau e Duncan (1967). Essa abordagem mensura origem social em termos de *status* ocupacional e educação dos pais nas chances de mobilidade em termos de *status* ocupacional dos filhos adultos. Tipicamente os estudos procuram investigar em que medida o *status* socioeconômico dos filhos está associado, por um lado, às características herdadas, tais como *status* ocupacional dos pais, raça, gênero etc., e, por outro lado, às características adquiridas, tais como nível educacional alcançado, experiência de trabalho etc. De acordo com a teoria funcionalista parsoniana ou liberal, a modernização e a industrialização das sociedades fariam com que valores “universalistas” se expandissem e valores “particularistas” se contraíssem, ou seja, características adquiridas passariam a ser mais importantes do que aquelas herdadas no processo de mobilidade social (Treiman, 1970). Ou seja, a modernização levaria a mais mobilidade social. Ou, em termos mais simples, o que as pessoas fazem se tornaria mais importante do que quem elas são. Embora essa abordagem teórica tenha sido de certa forma abandonada, ainda permanece sendo importante avaliar em que medida a mobilidade ocupacional depende: da educação ou da experiência de trabalho, características adquiridas, ou da origem socioeconômica, da raça, da região de nascimento e/ou do gênero, características herdadas.

Um dos primeiros trabalhos nessa linha nas últimas duas décadas na literatura brasileira sobre mobilidade é o artigo de Neves, Fernandes e Helal (2007), que usou dados das PNAD de 1973, 1982, 1988 e 1996 e modelos lineares hierárquicos para testar em que medida o efeito do *status* socioeconômico (ou ocupacional) dos pais no *status* socioe-

conômico dos filhos adultos varia de acordo com a segmentação da economia, a região e o ano. Os resultados indicam que a associação entre *status* dos pais e dos filhos e filhas são estáveis ao longo dos anos e entre setores da economia. Em outro trabalho, Xavier e Neves (2012) voltam a estudar o processo de transmissão intergeracional de *status* ocupacional. Nesse trabalho, os autores mostram que há diminuição da associação entre *status* de origem e destino ao longo do tempo (entre 1973 e 1996) e em setores mais modernos da economia. Nesse sentido, a tendência de diminuição do efeito do *status* socioeconômico dos pais no *status* dos filhos desde 1973 até 1996 é semelhante à tendência observada nos estudos de mobilidade de classe apresentados na seção anterior.

Torche e Ribeiro (2012) seguem uma linha parecida e apresentam análises de realização de *status* em que indicam que há efeito causal da riqueza dos pais (medida usando um índice de ativos construído com base na pesquisa dimensões sociais das desigualdades, 2008) no *status* ocupacional do filho com variáveis como *status* ocupacional dos pais e outras mantidas constantes. Nesse artigo, os autores usam uma metodologia destinada a simular efeitos causais e também analisam outros resultados, como anos de estudo completos, entrada em universidades públicas, índice de riqueza alcançada pelos filhos e índice de bens alcançados pelos filhos. Em todos os casos, o principal objetivo de Torche e Ribeiro (2012) era verificar o impacto causal da “riqueza dos pais” nas chances de vida dos filhos. De fato, o efeito da riqueza dos pais é bastante significativo. Esses resultados indicam forte associação entre *status* ocupacional do pai e do filho, mas também mostram que a educação alcançada pelo filho é a principal barreira à mobilidade social

intergeracional — essas evidências reforçam a ideia de que a estratificação educacional é extremamente importante (ver seção anterior) no processo de mobilidade social intergeracional. Outro resultado interessante do trabalho (Torche; Ribeiro, 2012) são as evidências de que pais tendem a ajudar mais os filhos homens quando estes se casam do que as filhas quando estas se casam, ou seja, as transmissões intergeracionais tendem a reforçar os papéis de gênero.

Outro artigo que faz análises de transmissão intergeracional de *status* é o de Souza, Ribeiro e Carvalhaes (2010). Nesse artigo, os autores estudam a desigualdade de oportunidades em termos de raça, classe e educação. Além de estimarem modelos de transmissão intergeracional de *status* ocupacional, os autores usam modelos multinomiais condicionais, mas permitem a inclusão de outras variáveis independentes. Os autores encontram forte desigualdade racial, muita persistência intergeracional e expressivo efeito da educação alcançada nas chances de mobilidade

#### *Mobilidade de renda e outras*

Idealmente, estudos de mobilidade intergeracional de renda dependem de dados longitudinais ou administrativos que contenham informações sobre a renda dos pais e dos filhos. Em contraste com variáveis ocupacionais e educacionais referentes aos pais que são obtidas por perguntas retrospectivas feitas aos filhos adultos, a variável sobre a renda dos pais não pode ser coletada dessa forma. As pessoas lembram a ocupação e o nível educacional dos seus pais no passado, mas não sabem a renda dos pais. Por esse motivo, os estudos de mobilidade intergeracional de renda que não estão inseridos em um contexto de coleta de dados longitudinais só podem ser feitos usando uma

técnica de imputação da renda dos pais com base na ocupação e na educação dos pais. Essa técnica depende do uso combinado de duas pesquisas, uma coletada na época em que os pais tinham filhos pequenos, e outra coletando informação dos filhos adultos e dados retrospectivos sobre educação e ocupação dos pais (Björklund; Jäntti, 1997). De fato, todos os estudos sobre mobilidade intergeracional de renda no Brasil foram feitos pelo uso dessa técnica de imputação, que, por depender diretamente das informações sobre educação e ocupação dos pais coletadas retrospectivamente, aproxima-se dos estudos de realização de *status* ocupacional apresentados na seção anterior. Entre os trabalhos feitos por economistas, podemos citar os seguintes: Bourguignon, Ferreira e Menéndez (2007), Dunn (2004), Ferreira e Veloso (2006) e Pero e Szerman (2008).

O primeiro trabalho sociológico nessa área foi a tese de doutorado de Rafael Osório (2009) sobre desigualdade e mobilidade racial de renda domiciliar. Osório (2009) mostra que a desigualdade racial de renda existe e é persistente no Brasil entre 1976 e 2006, que brancos e negros (pardos + pretos) têm regimes de baixa mobilidade, o que indica que a origem social é importante para os dois grupos, que a principal fonte da desigualdade racial de renda é a diferença no nível da renda do trabalho de negros e brancos, que a diferença no nível da renda do trabalho se deve preponderantemente às desigualdades educacionais entre negros e brancos e que as desigualdades educacionais entre os grupos raciais são em larga escala determinadas pela origem social. Em suma, o trabalho indica que os diferenciais raciais em termos de desigualdade de renda e de mobilidade social se devem ao fato de brancos tenderem a uma origem social mais alta do que negros.

Todos esses trabalhos mencionados anteriormente usaram a PNAD de 1996, e nenhum analisou a tendência temporal da mobilidade intergeracional de renda. Usando a PDSD de 2008, Ribeiro (2017b) apresenta análises sobre a tendência da mobilidade intergeracional de renda entre 1996 e 2008 e compara essas tendências com as observadas para a mobilidade intergeracional de *status* ocupacional no mesmo período. As análises indicam que, para homens entre 27 e 36 anos de idade, houve um aumento da mobilidade intergeracional de renda, uma vez que a elasticidade (associação entre renda dos pais e renda dos filhos) diminuiu de 0,734, em 1996, para 0,433, em 2008. Além disso, Ribeiro (2017b) avalia o papel mediador desempenhado pela educação na mobilidade de renda e ocupacional, uma vez que distingue entre “herança pura” (associação entre renda ou ocupação dos pais na renda ou ocupação dos filhos descontando o efeito da educação dos filhos) e “herança mediada” (composta das associações entre renda ou ocupação dos pais e educação dos filhos, e educação dos filhos e renda ou ocupação dos filhos). Essas análises permitem verificar quais os mecanismos relacionados ao aumento da mobilidade, que ocorreu tanto em termos de *status* ocupacional quanto em termos de renda entre 1996 e 2008. Em termos ocupacionais (realização de *status* ocupacional), houve aumento da “herança pura”, constância da associação entre renda dos pais e educação dos filhos, e diminuição dos retornos educacionais (associação entre renda dos pais e educação dos filhos). Em termos de renda, o aumento da mobilidade entre 1996 e 2008 não só foi muito maior do que o da mobilidade de *status* ocupacional, como também foi alcançado por meio de mecanismos distintos. Tanto a herança de renda pura quanto a mediada pela educação diminuíram no período estudado. A herança

pura diminuiu por dois motivos: por causa da diminuição da desigualdade de renda entre as gerações e por causa da diminuição da associação direta entre renda de pais e de filhos. Esses resultados indicam que mudanças na estrutura de renda levaram ao aumento da mobilidade. A herança de renda mediada diminuiu principalmente porque houve mais igualdade no acesso à educação (diminuiu a associação entre renda do pai e educação do filho) e, em menor escala, por causa da diminuição dos retornos em renda pela educação alcançada pelos filhos (associação entre educação e renda dos filhos). Assim, estudos seguindo a perspectiva da economia (da mobilidade de renda) levam-nos a dar um peso maior ao papel desempenhado pela educação no processo de mobilidade.

Independentemente das variáveis usadas — renda, classes sociais ou *status* ocupacional —, os resultados das pesquisas apontam que a mobilidade intergeracional no Brasil vem aumentando ao longo do tempo. Os mecanismos relacionados a esse aumento, no entanto, são diferentes em cada caso. Estudos recentes em outros países sugerem que esses três tipos de mobilidade (renda, classe e ocupação) podem e devem ser analisados em conjunto, ou seja, usando um mesmo modelo estatístico que seja capaz de acomodar os três aspectos (Breen; Mood; Jonsson, 2016). Ainda não temos estudos seguindo essa abordagem conjunta no país, e talvez haja limitação nos dados para que esse tipo de modelo seja desenvolvido no caso brasileiro. A disponibilidade de outros bancos de dados, por exemplo, bancos de dados com nomes e sobrenomes dos censos e dados tributários do imposto de renda poderia facilitar o desenvolvimento de estudos mais sofisticados. Ainda há barreiras burocráticas e legais para uso desses dados, mas acredita-

mos que no futuro esses empecilhos sejam ultrapassados para que possamos continuar a avançar no estudo da mobilidade intergeracional no Brasil.

Os estudos de mobilidade social que apresentamos têm algumas limitações importantes. Três motivos destacam-se como limites mais importantes. O primeiro diz respeito à própria mensuração das classes sociais, que são instrumentalizadas pela agregação de ocupações que não permite observar variações socioeconômicas em cada classe — há diferentes formas de agregação, mas todas sofrem do mesmo mal. Tendo em vista que a desigualdade interna a cada classe tende a aumentar, os estudos de mobilidade de classe perdem muita informação e talvez não sejam capazes de descrever de forma eficiente o grau de mobilidade e desigualdade de oportunidades. O segundo relaciona-se ao fato de que só há informações sobre as ocupações para quem está no mercado de trabalho, o que não permite observar a mobilidade social em termos socioeconômicos para uma parcela da população — até mesmo para as mulheres, que, ao longo dos anos, aumentaram significativamente sua participação no mercado de trabalho. O terceiro motivo é a dificuldade que as análises de mobilidade de classe têm para se conectar com os estudos de desigualdade de renda, ou seja, embora seja plausível imaginar que há relação entre desigualdade e mobilidade, os estudos de mobilidade de classe não estabelecem bem essa relação e muitas vezes países com muita desigualdade também têm altos níveis de mobilidade (ver Torche, 2005; e Hetel; Groh-Samberg, 2019). Problemas semelhantes estão presentes nos estudos de realização de *status* socioeconômico, embora os índices de *status* ocupacional sejam bem mais desagregados do que os estudos de classe.

A análise da mobilidade de classe e de *status* ocupacional das mulheres também apresenta sérias limitações, tendo em vista que a participação das mulheres no mercado de trabalho se modificou enormemente ao longo dos anos. Além de essa mudança afetar a mensuração da situação socioeconômica das mulheres, há provavelmente efeitos da origem de classe ou de *status* ocupacional relacionados ao aumento da participação das mães no mercado de trabalho nas chances de mobilidade social — ver, por exemplo, o trabalho de Beller (2009).

Os estudos de mobilidade de renda também apresentam sérias limitações. A principal limitação está relacionada ao fato de que a renda dos indivíduos tende a variar ao longo do ciclo de vidas. Portanto, ao mensurarmos a renda em apenas um ano (tanto para pais quanto para filhos) tendemos a subestimar o grau de mobilidade intergeracional de renda. Em um estudo usando dados administrativos e mensurando as rendas em mais de um ano, Mazumder (2005) mostrou que a mobilidade de renda nos Estados Unidos era muito menor do que as estimadas anteriormente. Embora os estudos brasileiros tentem a lidar com esse problema restringindo a análise às coortes de idade, as idades em que se mensura a renda para pais e para filhos tendem a ser distintas, o que provavelmente implica vieses nos estimadores da associação entre essas rendas.

Finalmente, devemos mencionar que todos os estudos sobre mobilidade intergeracional sofrem da mesma limitação que os estudos de desigualdade de renda no que diz respeito ao topo da distribuição, ou seja, os padrões de mobilidade para a elite não são estudados por causa das limitações dos *surveys* populacionais para o estudo desse grupo. Se incluíssemos os muito ricos nos estudos de mobilidade social, provavelmente

teríamos medidas diferentes da mobilidade social no Brasil. Além disso, a mobilidade para o topo da distribuição talvez dependa de fatores para os quais não temos informação, sobretudo a riqueza dos pais transmitida de modo intergeracional para os filhos. Os mecanismos relacionados à mobilidade de riqueza são provavelmente bem distintos dos mecanismos (principalmente a educação alcançada) geralmente investigados nos estudos citados.

Todos os problemas destacados anteriormente são sérios e precisam ser levados em conta em estudos futuros sobre mobilidade intergeracional. Tendo em vista que uma das principais limitações diz respeito aos dados, é fundamental que os cientistas sociais brasileiros procurem utilizar dados administrativos em estudos futuros — ver, por exemplo, os trabalhos de Raj Chaty<sup>15</sup>, que nos últimos anos vem revolucionando os estudos de mobilidade social nos Estados Unidos.

### **Classificação racial, discriminação e outros aspectos**

O desenvolvimento dos estudos de estratificação social no Brasil está estreitamente ligado ao estudo das relações raciais (Ribeiro, 2018). Tendo em vista que nas seções anteriores apresentamos vários estudos sobre desigualdades raciais, aproveitamos esta seção para apresentar alguns trabalhos importantes sobretudo sobre classificação racial no Brasil. Pesquisas recentes mostram evidências sobre os processos sociais relacionados à fluidez na classificação de cor ou de raça da população (Telles, 2002; Schwartzman, 2007; Marteleto, 2012). De fato, vários

desses estudos indicam que a classificação racial varia de acordo com as condições socioeconômicas dos indivíduos, com o tipo de pergunta sobre raça presente nas pesquisas (abertas, fechadas etc.) e com a pessoa que responde às perguntas (entrevistador ou entrevistado). Se há fluidez na classificação racial, os resultados previamente apresentados sobre raça poderiam potencialmente ser um artefato de mensuração da variável racial em pesquisas amostrais. Vários sociólogos brasileiros debruçaram-se sobre essa possibilidade e contribuíram para esclarecer este relevante problema sobre a investigação das relações raciais no país.

Schwartzman (2007), por exemplo, mostra que casais inter-raciais de classe mais alta tendem a classificar seus filhos como brancos, enquanto os de classes mais baixas tendem a classificar os filhos como não branco (pretos ou pardos). Conclui-se, portanto, que há “embranquecimento com o dinheiro” no Brasil e que essa prática é parte ativa do processo de estratificação. Jerônimo Muniz (2010; 2016), o pesquisador que se dedicou de forma mais sistemática à análise da classificação racial no país, faz diversas análises indicando que a classificação racial varia consideravelmente em termos contextuais, temporais, geográficos, procedimentais e amostrais. Essas variações, no entanto, não invalidam os níveis das desigualdades raciais. O contexto também influencia as desigualdades raciais, tendo em vista que há mais desigualdades de acordo com os contextos urbanos (Silveira; Muniz, 2014). Em outro artigo, Bailey, Loveman e Muniz (2013) mostram que a desigualdade racial seria estimada como menor se as

15 Encorajamos uma visita à página pessoal do pesquisador, rica em informações: <<http://www.rajchetty.com>>. Acesso em: 3 mar. 2019.

perguntas das pesquisas fossem pretos e pardos a adotar a mesma categoria, o que indica que a pergunta com três possibilidades de resposta (branco, pardo e preto) parece de fato ser melhor para captar as diferenças. De fato, Muniz (2010) define quais seriam os principais tipos de estudo necessários para avaliar as diversas formas de incerteza classificatória em termos raciais no Brasil. Essa literatura influenciou outros pesquisadores que procuraram investigar as desigualdades raciais levando em conta os determinantes da classificação racial.

Marteleto (2012), por exemplo, usa técnicas demográficas para mostrar que houve a tendência de pessoas com acesso a níveis educacionais mais altos a se autotransformarem como pretas ou pardas ao longo do tempo, o que provavelmente seria um efeito das políticas de cotas que incentivam a classificação como mais escuras. Ribeiro (2017a) estima uma escala contínua de raça ou cor da pele usando perguntas abertas e fechadas sobre raça para analisar a mobilidade social no Brasil. Além disso, implementa simulações para verificar os possíveis efeitos do embranquecimento com o dinheiro nas taxas de mobilidade social para concluir que, mesmo havendo embranquecimento à medida que se sobe na estrutura social, há muita desigualdade racial nas chances de mobilidade.

Uma das limitações dos estudos sobre relações raciais diz respeito à dificuldade de verificar se há ou não discriminação. O ideal seria fazer estudos experimentais sobre esse tema, como os desenvolvidos por Pager (2007). Embora esse tipo de estudo não tenha sido feito, Marteleto e Dondero (2016) procuram fechar essa lacuna com um estudo altamente criativo usando dados das PNAD sobre data de nascimento e irmãos gêmeos. Assim, comparam o nível educacional de ir-

mãos gêmeos com classificações raciais distintas para demonstrar que há desigualdade racial entre esses irmãos. Esse tipo de evidência, inicialmente proposta por Telles (2004), indica fortemente que há discriminação racial no Brasil.

Outros estudos também utilizaram a disponibilidade de novos tipos de dados para investigar a percepção de discriminação entre brasileiros. Daflon, Carvalhaes e Feres Júnior (2017) usam um módulo da PDSO explicitamente construído para mensurar a percepção da discriminação da população brasileira, adaptado de uma escala criada com o mesmo fim no contexto norte-americano, a *Everyday Discrimination Scale* (Williams *et al.*, 1997). O trabalho investiga como posição socioeconômica (mensurada por meio da escolaridade) e raça se combinam na estruturação da percepção da discriminação entre brancos, pretos e pardos com distintos níveis de escolaridade no Brasil. Os resultados apontam para a intensidade dos relatos de percepção de discriminação entre brasileiros brancos, pretos e pardos com níveis de escolaridade inferior ao ensino superior. Contudo, à medida que varia a posição socioeconômica, os efeitos da raça na percepção da discriminação são distintos entre os diferentes grupos. Pretos e pardos de nível socioeconômico alto (escolaridade de nível superior) expressam percepções muito divergentes em relação à discriminação: se os pretos dessas classes expressam uma percepção aguda da discriminação, os pardos praticamente cessam de senti-la e têm indicadores próximos aos dos brancos de nível socioeconômico alto. As autoras apontam que esses resultados são significativos sobre a existência de um padrão de sociabilidade em que há percepção da vivência de discriminação

racial no Brasil, com incidência mais severa para pretos do que pardos.

Ribeiro e Silva (2009) investigam um tema clássico dos estudos de relações raciais: a seletividade marital por raça e nível educacional dos cônjuges. Com base nos dados dos censos de 1960, 1980 e 2000, os autores mostram que há um aumento dos casamentos inter-raciais no Brasil: um em cada 10 casamentos era inter-racial em 1960 e um em cada três, em 2000. Além disso, mostram que as barreiras ao casamento inter-racial são mais fortes envolvendo pretos e bem menores para os casamentos entre pardos e brancos. Paralelamente, indicam diminuição da homogamia educacional, embora haja a tendência de aumento para cônjuges com ensino superior. Uma das limitações desse trabalho é o fato de não levar em conta os mercados matrimoniais regionais, tema que é desenvolvido no trabalho de Carolina Tomás (2017). De fato, há diferenças bastante significativas quando se leva em conta as diferenças regionais, tendo em vista que no sul do país há menos casamentos inter-raciais.

Todos esses estudos sobre relações raciais e classificação de cor dos indivíduos são altamente relevantes e de fato trouxeram inovações importantes para o estudo das relações raciais no Brasil. Não há dúvidas de que representam avanço do conhecimento.

## **Outros temas**

Uma conexão interessante entre o estudo sociológico da desigualdade e a sociologia política se encontra nos trabalhos de Elisa Reis sobre a percepção das elites sobre pobreza e desigualdade tanto no Brasil como também em perspectiva comparada. Como destaca a autora (Reis, 1995; 2000),

questões relativas à pobreza e à desigualdade tocam em um problema básico da sociologia, que é o estabelecimento da solidariedade social, sua preservação ou rompimento. Se os efeitos da desigualdade e da pobreza afetam a capacidade de empatia entre setores da sociedade, a questão da solidariedade e da cooperação pode se tornar problemática e gerar diversos tipos de reflexo (violência, por exemplo).

A matriz analítica que justifica a atenção às elites pode ser localizada na sociologia histórica de Abraham de Swaan (1988) sobre a origem das políticas sociais na Europa ocidental e nos Estados Unidos. No trabalho, o autor aponta que o estudo das percepções das elites era importante para entender como as elites entendem a interdependência na sociedade e como as externalidades da pobreza e da desigualdade afetariam, como ameaças ou oportunidades, o grau de responsabilização que as elites atribuem a si mesmas pelas condições dos pobres e a viabilidade com que a pobreza poderia ser combatida. Nessa perspectiva, elites são definidas como pessoas que ocupam posições que as permitem controlar uma proporção grande de recursos materiais, simbólicos e políticos (Swaan *et al.*, 2000).

Em diálogo com essa teoria, Elisa Reis (2011) responde a várias perguntas sobre o papel da elite no Brasil, suas especificidades e em que medida ela se aproxima das percepções das elites de países como Filipinas, Haiti, Bangladesh e África do Sul. Qual é o grau de responsabilização das elites para influenciar a mudança nas condições de vida dos pobres? Há alguma coordenação de ação coletiva para que algo seja feito? Em quais condições a legitimidade de ações de terceiros (Estado, organizações não governamentais) são aceitas ou negadas? Reis (2011) operacionaliza

o conceito de elite por meio de uma noção institucional, uma vez que estuda a cultura política de setores da elite brasileira investigando políticos, servidores públicos federais em cargos de alto escalão, líderes empresariais e sindicais. Em seus trabalhos, a autora utiliza uma amostra aleatória de 320 casos, colhida entre 1994 e 1995, em que um questionário sobre atitudes e valores relacionados a questões de justiça e igualdade foi aplicado. Posteriormente, a pesquisa foi complementada por 15 a 20 entrevistas qualitativas no Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Ceará, realizadas entre os mesmos setores, mas também entre militares, intelectuais e religiosos (Reis, 2000; 2011). As pesquisas chegam a vários resultados interessantes.

Reis (2000) aponta que desigualdade e pobreza são mobilizadas como questões importantes para as elites. Com efeito, altos índices de pobreza e desigualdade social são apontados por 23,4% da amostra como um dos principais obstáculos à democracia no Brasil no período. Pobreza e distribuição de renda seriam, respectivamente, o terceiro e quinto principal problema nacional, apontados por 14,3 e 8,3% da amostra. A elite brasileira claramente enfatiza as externalidades negativas da pobreza e da desigualdade. Violência, crime e segurança são apontados por 51,6% da amostra como consequências significativas da desigualdade (Reis, 2011, p. 104). Qual seria a solução para o problema? A melhoria dos níveis educacionais é a solução preferida por 23% das elites — um sinal, segundo Reis (2011), de que as elites vislumbram uma solução sem custos diretos para si mesmas. O processo educacional seria indutor de desenvolvimento econômico e criador de posições sociais, mas o aumento da escolarização não aumentaria a

competição pelas posições sociais, mas sim uma acomodação.

Nesses e em outros estudos (Reis, 2005; 2012), a autora aponta para um paradoxo presente na elite brasileira: seus membros são sensíveis aos problemas sociais relacionados à pobreza e à desigualdade e são também capazes de localizar as externalidades negativas desses processos. Contudo, as elites localizam o Estado como algo externo, do qual não participam (até mesmo as elites políticas e burocráticas). Ao responsabilizarem o Estado pela mazela social, esses atores eximir-se-iam de sua responsabilidade coletiva. Em síntese, voltando ao modelo de Abraham de Swaan previamente exposto, seria possível argumentar que a elite brasileira localiza a interdependência social ao reconhecer a pobreza e a desigualdade como relevantes, localiza também as externalidades negativas e crê que algo poderia ser feito para diluí-las; contudo, não se responsabiliza por tomar atitudes para a resolução da questão.

Scalon (2007) também investiga a percepção da elite brasileira sobre a desigualdade, comparando suas opiniões com as de pessoas fora desse grupo. A operacionalização de “elite” da autora é econômica: aqueles localizados entre os 10% mais ricos da distribuição *per capita* de renda familiar. Essa fração é comparada com os restantes 90% da população (nomeada de “povo” pela autora) em diversas dimensões relativas às suas percepções sobre igualdade, desigualdade e quais são as opiniões dos brasileiros para fatores que explicam e remedeiam essas dinâmicas. Mobilizando dados de um *survey* realizado no país em 2000 como parte do International Social Survey Programme (ISSP), a amostra mobilizada é representativa para a população do país na

ocasião de realização da pesquisa. Entre as dinâmicas passíveis de serem empiricamente avaliadas, a pesquisa permite responder como os brasileiros avaliavam um “tamanho” aceitável para a disparidade de renda, quais são suas percepções sobre o desenho da estrutura social (piramidal? cônica? pirâmide invertida?), quais critérios prevaleceriam para a remuneração dos agentes e como a população se responsabiliza sobre alguns dos problemas pesquisados.

Instados a concordar ou discordar da frase “No Brasil, as diferenças de renda são muito grandes”, 96,5% da elite e 96% do “povo” concordam totalmente ou em parte com a afirmação. Os dois grupos também concordam com qual seria o formato de uma “estrutura” para a distribuição de renda da sociedade. Quando apresentados com diferentes diagramas que representariam o Brasil em termos de sua estrutura social, podendo responder entre uma pirâmide, uma pirâmide invertida, um cone estreito no topo e na base e largo no meio da figura ou uma estrutura da letra T invertida, tanto elite como “povo” escolheram a representação cônica como a ideal, com 64 e 54% das respostas, respectivamente. Na interpretação da autora, esse é um forte sinal de que os dois grupos têm uma sociedade de classe média como ideal. Outra dimensão interessante levantada é o grau de responsabilidade de diferentes atores sobre a desigualdade: governo, deputados e senadores, empresários, líderes religiosos, trabalhadores. Novamente há uma sobreposição da percepção de elite e povo, que atribuem ao Estado a maior responsabilidade do combate à desigualdade, com 74% das respostas dos dois grupos quando somadas as categorias “governo” e “deputados e senadores”. Scalon (2007) reporta diferenças na percepção dos grupos em relação à sua opinião so-

bre “quais seriam os maiores problemas do Brasil”. Tanto elite como “povo” concordam que a falta de segurança e questões de saúde são as preocupações mais importantes. Desse ponto em diante, há divergência. Enquanto a elite classifica desemprego e corrupção como problemas igualmente intensos, enquanto o “povo” elege o desemprego como uma das principais mazelas nacionais.

Outro tema importante na pesquisa internacional sobre desigualdade, mas ainda pouco investigado na pesquisa sociológica brasileira sobre estratificação social, é a saúde. Trabalhos ligados a várias disciplinas — epidemiologia, demografia, economia e sociologia — mostram há muito tempo que os efeitos da desigualdade estruturam sistematicamente a mortalidade, a morbidade e os comportamentos de risco ligados a episódios de saúde (Link; Phelan, 1995). Figueiredo Santos (2011) foi o pioneiro ao chamar atenção para a ligação entre as condições socioeconômicas e a estruturação da autoavaliação de saúde no país. Mobilizando dados do suplemento de saúde da PNAD de 2003, o autor investiga como a posição de classe estrutura a autoavaliação de saúde, um dos indicadores mais utilizados na pesquisa mundial sobre o tema, dimensão empiricamente validada como preditora de episódios de morbidade e mortalidade. Seus resultados apontam que posições ligadas ao controle de capital são importantes na estruturação da boa saúde. Seu estudo aponta que recursos materiais (renda) medeiam parte significativa dos efeitos de classe, mas mesmo o uso extensivo de controles não reduz totalmente o efeito de posições de classe privilegiadas. O trabalho aponta que as divisões de classe captam de forma não trivial a distribuição das chances de saúde na população brasileira: tanto a supressão de condições ruins

para o topo da estrutura de classe quanto as desvantagens associadas a trabalhos ligados a processos de exploração (Figueiredo Santos, 2011, p. 47).

Carvalho e Chor (2016) também investigam a estruturação das condições de saúde no Brasil. Mobilizando dados da PDSD, os pesquisadores tentam entender a relação entre posição socioeconômica (operacionalizada por meio da escolaridade) e idade, de forma a compreender como diferentes estágios do ciclo de vida estruturam as condições de saúde. Os resultados do trabalho apontam que aqueles com maiores condições socioeconômicas, ao envelhecerem, têm sua condição de saúde mais protegida quando comparados aos com menos recursos socioeconômicos. Os autores chamam a atenção para como esse resultado pode ser interpretado como indicação da relação de acumulação da desigualdade ao longo do ciclo de vida, ou seja, recursos socioeconômicos alcançados em certo estágio do ciclo de vida individual exercem influência sobre estágios posteriores do ciclo de vida dos indivíduos, um sinal do clássico “efeito Mateus” apontado por Merton (1968; 1988; 1995).

## **Conclusão**

Apesar de termos tentando pontuar o texto com críticas à literatura revisada, neste fim de texto restam alguns comentários críticos que podem ser colocados de forma transversal à literatura brasileira sobre estratificação social.

Primeiramente, é possível apontar que as comparações típicas feitas na pesquisa internacional raramente são feitas com base no Brasil. A disponibilidade atual e a facilidade

de acessar dados de outros países fazem com que essa seja uma via relevante de colaboração no futuro. Outra direção possível é que os pesquisadores da área incorporem avanços metodológicos recentes para a especificação de modelos que busquem identificar efeitos causais. Nesse sentido, os pesquisadores podem ficar atentos não somente à validade externa de seus estudos, mas também à validade interna, à busca e à especificação de efeitos mais precisos. Especialmente importante é a procura de dados que não necessariamente sejam os dados secundários tipicamente usados nos estudos apresentados. Ainda que tenham níveis de inferência não necessariamente nacionais, dados de outras fontes podem ser trabalhados em prol da identificação de efeitos mais precisos dos modelos investigados, assim como os mecanismos estruturadores da desigualdade, ainda que em um contexto limitado (empresa, universidade, escola)<sup>16</sup>.

Também é importante ressaltar que alguns temas não foram suficientemente discutidos nessa revisão da literatura. Por exemplo, a inter-relação entre estratificação social e gênero não foi exaustivamente analisada, não por preferência nossa, mas pela relativa ausência de trabalhos que tratem do tema. Embora alguns dos trabalhos revistos tratem do assunto, tendo em vista que enormes mudanças na estratificação social brasileira estão relacionadas ao tema da mudança da posição das mulheres no mercado de trabalho e no sistema educacional, essa omissão identificada na área é relativamente grave, e identifica-se como área promissora de pesquisa (Itaborá, 2016).

Ainda que contenha esse limite, acreditamos que essa revisão mostra as contri-

---

16 Para um ótimo exemplo nessa direção, ver Karruz (2018).

buições significativas que pesquisadores direta ou indiretamente envolvidos com a área de estratificação social deram à pesquisa brasileira sobre o tema. Um dos principais objetivos da sociologia é concentrar-se em populações ou subpopulações definidas temporal e espacialmente para entender não os estados e comportamentos dos membros dessa população em toda sua variabilidade, mas as regularidades que são as propriedades dessas populações e não necessariamente calcadas no comportamento e nas ações de seus membros considerados individualmente (Goldthorpe, 2016). O estabelecimento dessas regularidades só é possível por meio do uso de bases de dados e de estatística multivariada. Os trabalhos revisados anteriormente são claras contribuições nessa direção. Sua capacidade de

investigar e estabelecer regularidades estruturantes da desigualdade social brasileira em múltiplos âmbitos é clara. Esse é um passo necessário para buscar os processos ou mecanismos que, em operação no nível individual, são responsáveis por produzir as regularidades previamente mencionadas.

Por seguir essa orientação e ter densa relação entre teoria e empiria, acreditamos que a pesquisa em estratificação social também sirva de exemplo para as outras áreas de especialização disciplinar da sociologia brasileira, tendo em vista o caráter cumulativo das pesquisas, a sofisticação da relação entre desenhos de pesquisa e teoria, a atualização constante dos recursos técnicos mobilizados e o permanente escrutínio crítico (baseado em evidências e desenhos de pesquisa adequados) que caracterizam a área.

### Bibliografia

- AGUIAR, N. Mulheres na força de trabalho na América Latina: um ensaio bibliográfico. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, v. 1, n. 16, 1983.
- ANDRADE, R. J. de; SOARES, J. F. O efeito da escola brasileira. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 19, n. 41, p. 379-406, 2008. <http://dx.doi.org/10.18222/ea194120082067>
- ARRETICHE, M. **Trajetórias das desigualdades**: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- BAILEY, S. R.; LOVEMAN, M.; MUNIZ, J. O. Measures of Race and the analysis of racial inequality in Brazil. **Social Science Research**, v. 42, n. 1, p. 106-119, 2013. <https://doi.org/10.1016/j.ssresearch.2012.06.006>
- BARBOSA, R. Desigualdade de rendimentos do trabalho no curto e no longo prazo: tendências de idade, período e coorte. **Dados**, v. 59, n. 2, p. 385-425, 2016. <https://doi.org/10.1590/00115258201681>

- BARROS, R. P. de; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. A recente queda na desigualdade de renda e o acelerado progresso educacional brasileiro da última década. In: BARROS, R. P. et al. (orgs.). **Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasil: IPEA, 2006. p. 305-342.
- BECKER, G.; TOMES, N. Human capital and the rise and fall of families. **Journal of Labor Economics**, v. 4, n. 3, p. s1-s39, 1986.
- BELLER, E. Bringing Intergenerational Social Mobility Research into the Twenty-First Century: Why Mothers Matter. **American Sociological Review**, v. 74, n. 4, p. 507-528, 2009.
- BERTONCELO, E. R. E. Classes e práticas sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 81, p. 185-211, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092013000100012>
- BERTONCELO, E. R. E. O espaço das classes sociais no Brasil. **Tempo Social**, v. 28, n. 2, p. 73-104, 2016. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2016.110534>
- BERTONCELO, E. R. E. Social Classes in Brazil: Time, Trajectory and Immaterial Inheritance. **The Sociological Review**, v. 63, n. 2, p. 451-479, 2015. <https://doi.org/10.1111%2F1467-954X.12290>
- BJÖRKLUND, A.; JÄNTTI, M. Intergenerational income mobility in Sweden compared to the United States. **American Economic Review**, v. 87, n. 5, p. 1009-1018, 1997.
- BLANDEN, J. Cross-country ranking in intergenerational mobility: a comparison of approaches from economics and sociology. **Journal of Economic Survey**, v. 27, n. 1, p. 38-73, 2013. <https://doi.org/10.1111/j.1467-6419.2011.00690.x>
- BLAU, P.; DUNCAN, O. D. **The American Occupational Structure**. Nova York: Academic Press, 1967.
- BLOOME, D.; DYER, S.; ZHOU, X. Educational Inequality, Educational Expansion, and Intergenerational Income Persistence in the United States. **American Sociological Review**, v. 83, n. 6, p. 1215-1253, 2018. <https://doi.org/10.1177%2F0003122418809374>
- BOUDON, R. **Education, opportunity, and social inequality: changing prospects in Western society**. Nova York: Wiley, 1974.
- BOURGUIGNON, F.; FERREIRA, F.; MENÉNDEZ, M. Inequality of Opportunity in Brazil. **Review of Income and Wealth**, v. 53, n. 4, p. 585-618, 2007. <https://doi.org/10.1111/j.1475-4991.2007.00247.x>
- BREEN, R. Educational Expansion and Social Mobility in the 20th Century. **Social Forces**, v. 89, n. 2, p. 365-388, 2010. <https://doi.org/10.1353/sof.2010.0076>
- BREEN, R. **Social Mobility in Europe**. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- BREEN, R.; JONSSON, I. Inequality of opportunity in comparative perspective: recent research on educational attainment and social mobility. **Annual Review of Sociology**, v. 31, p. 223-243, 2005. <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.31.041304.122232>
- BREEN, R.; KARLSSON, K.; HOLM, A. Interpreting and understanding Logit, Probit, and Other Nonlinear Probability Models. **Annual Review of Sociology**, v. 44, p. 39-54, 2018. <https://doi.org/10.1146/annurev-soc-073117-041429>
- BREEN, R.; MOOD, K.; JONSSON, I. How Much Scope for a Mobility Paradox? The Relationship between Social and Income Mobility in Sweden. **Sociological Science**, 2016. <https://doi.org/10.15195/v3.a3>
- BREEN, R.; ROTTMAN, D. **Class stratification: a comparative perspective**. Nova York: Harvester Wheatsheaf, 1995.

- BRITO, M. M. A. Novas tendências ou velhas persistências? Modernização e expansão educacional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 47, n. 163, p. 224-258, 2017. <https://doi.org/10.1590/198053143789>
- BUIS, M. The consequences of unobserved heterogeneity in a sequential logit model. **Research in Social Stratification and Mobility**, v. 29, n. 3, p. 247-262, 2011. <https://doi.org/10.1016/j.rssm.2010.12.006>
- CAMARANO, A. A.; KANSO, S. O que estão fazendo os jovens que não estudam, não trabalham e não procuram trabalho? **Mercado de Trabalho**, v. 53, p. 37-44, 2012.
- CAMERON, S. V.; HECKMAN, J. J. Life Cycle Schooling and Dynamic Selection Bias: Models and Evidence for Five Cohorts of American Males. **Journal of Political Economy**, v. 106, n. 2, p. 262-333, 1998. <https://doi.org/10.1086/250010>
- CANO, I. Nas trincheiras do método: o ensino da metodologia das ciências sociais no Brasil. **Sociologias**, v. 14, n. 31, p. 94-119, 2012. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222012000300005>
- CARDOSO, A. Juventude, trabalho e desenvolvimento: elementos para uma agenda de investigação. **Cadernos CRH**, v. 26, n. 68, p. 293-314, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792013000200006>
- CARDOSO, A.; PRETECEILLE, E. Classes Médias no Brasil: Do que se Trata? Qual seu Tamanho? Como Vem Mudando? **Dados**, v. 60, n. 4, p. 977-1023, 2017. <https://doi.org/10.1590/001152582017140>
- CARVALHAES, F. A tipologia ocupacional Erikson-Goldthorpe-Portocarero (EGP): uma avaliação analítica e empírica. **Sociedade e Estado**, v. 30, n. 3, p. 673-703, 2015. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922015.00030005>
- CARVALHAES, F.; CHOR, D. Posição socioeconômica, idade e condição de saúde no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 31, n. 92, p. 1-27, 2016. <https://doi.org/10.17666/319207/2016>
- CARVALHAES, F.; RIBEIRO, C. A. C. Estratificação horizontal da educação superior no Brasil: Desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de expansão educacional. **Tempo Social**, v. 31, n. 1, p. 195-233, 2019. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2019.135035>
- CARVALHAES, F. et al. Os impactos da geração de empregos sobre as desigualdades de renda. Uma análise da década de 2000. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29, n. 85, p. 79-97, 2014.
- CHAN, T. W.; GOLDTHORPE, J. H. Is There a Status Order in Contemporary British Society? Evidence from the Occupational Structure of Friendship. **European Sociological Review**, v. 20, n. 5, p. 383-401, 2004. <https://doi.org/10.1093/estr/jch033>
- CONLEY, D. Decomposing the Black-White Wealth Gap: the role of parental resources, inheritance and investment dynamics. **Sociological Inquiry**, v. 71, n. 1, p. 39-66, 2007. <https://doi.org/10.1111/j.1475-682X.2001.tb00927.x>
- CONLEY, D. Reading class between the lines: A reflection on why we should stick to folk concepts of social class. In: CONLEY, D.; LAREAU, A. (orgs.). Nova York: Russell Sage, 2008. p. 366-373.
- DAFLON, V. T.; CARVALHAES, F.; FERES JÚNIOR, J. Sentindo na Pele: Percepções de Discriminação Cotidiana de Pretos e Pardos no Brasil. **Dados**, v. 60, n. 2, p. 293-330, 2017. <https://doi.org/10.1590/001152582017121>
- DIPRETE, T. A. Labor Markets, Inequality, and Change: A European Perspective. **Work and Occupations**, v. 32, n. 2, p. 119-139, 2005. <https://doi.org/10.1177%2F0730888405274511>
- DIPRETE, T. A.; BUCHMANN, C. **The rise of women**: the growing gender gap in education and what it means for American schools. Nova York: Russell Sage Foundation, 2013.
- DUNN, C. **The intergenerational transmission of earnings**: evidence from Brazil. Michigan: Departamento de Economia, University of Michigan, 2004. (Technical Report.)

- ERIKSON, R.; GOLDTHORPE, J. H. **The constant flux**: a study of class mobility in industrial societies. Oxford: Oxford University Press; Nova York: Clarendon Press, 1992.
- ERIKSON, R.; GOLDTHORPE, J.; PORTOCARERO, L. Intergeneration Class Mobility in Three Western European Societies: England, France and Sweden. **The British Journal of Sociology**, v. 30, n. 4, p. 415-441, 1979.
- FERNANDES, D. C. Race, Socioeconomic Development and the Educational Stratification Process in Brazil. **Research in Social Stratification and Mobility**, v. 22, p. 365-422, 2004. [https://doi.org/10.1016/S0276-5624\(04\)22012-1](https://doi.org/10.1016/S0276-5624(04)22012-1)
- FERNANDES, D. C.; SALATA, A.; CARVALHAES, F. Desigualdade e estratificação: analisando sociedades em mudança. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 5, n. 11, p. 86-112, 2017. <https://doi.org/10.20336/rbs.222>
- FERREIRA, S.; VELOSO, F. Intergenerational mobility of wages in Brazil. **Brazilian Review of Econometrics**, v. 26, n. 2, p. 181-211, 2006. <http://dx.doi.org/10.12660/bre.v26n22006.1576>
- FIGUEIREDO SANTOS, J. A. Classe média e mudanças de renda no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 2, n. 4, p. 83-107, 2014. <http://dx.doi.org/10.20336/rbs.78>
- FIGUEIREDO SANTOS, J. A. Classe social e desigualdade de gênero no Brasil. **Dados**, v. 51, n. 2, p. 353-402, 2008. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582008000200005>
- FIGUEIREDO SANTOS, J. A. Classe social e desigualdade de saúde no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, n. 75, p. 27-55, 2011. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092011000100002>
- FIGUEIREDO SANTOS, J. A. Classe social e deslocamentos de renda no Brasil. **Dados**, v. 58, n. 1, p. 79-110, 2015. <https://doi.org/10.1590/00115258201539>
- FIGUEIREDO SANTOS, J. A. Uma classificação socioeconômica para o Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 58, p. 27-45, 2005.
- FLETCHER, P. R.; RIBEIRO, S. C. O ensino de primeiro grau no Brasil hoje. **Em Aberto**, ano 6, n. 33, 1987.
- FRANCO, C. O SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica: potencialidades, problemas e desafios. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17, p. 127-133, 2001. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782001000200010>
- GOLDTHORPE, J. **Social mobility and class structure in modern Britain**. Oxford: Oxford University Press, 1987.
- GOLDTHORPE, J. H. **Sociology as a population science**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.
- GRUSKY, D. B.; KANBUR, R. Introduction: The Conceptual Foundations of Poverty and Inequality Measurement. In: GRUSKY, D. B.; KANBUR, R. (orgs.). **Poverty and Inequality**. Stanford: Stanford University Press, 2006. p. 1-29.
- HASENBALG, C.; SILVA, N. do V. **Origens e destinos**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.
- HERTEL, F.; GROH-SAMBERG, O. The Relation between Inequality and Intergenerational Class Mobility in 39 Countries. **American Sociological Review**, v. 84, n. 6, p. 1099-1133, 2019. <https://doi.org/10.1177%2F0003122419885094>
- ITABORAÍ, N. R. Trabalho e mudanças nas famílias no Brasil (1976-2012): uma perspectiva de classe e gênero. **Gênero**, v. 16, n. 2, p. 173-199, 2016. <https://doi.org/10.22409/rg.v16i2.31241>
- JACKSON, M. **Determined to Succeed?** Performance versus Choice in Educational Attainment. Stanford: Stanford University Press, 2013.
- JACKSON, M. et al. Primary and Secondary Effects in Class Differentials in Educational Attainment: The Transition to A-Level Courses in England and Wales. **Acta Sociologica**, v. 50, n. 3, p. 211-229, 2007.

- JANTTI, M.; JENKINS, S. **Income mobility**. 2013. <https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2361037>
- KARINO, C. A.; LAROS, J. A. Estudos brasileiros sobre eficácia escolar: uma revisão de literatura. **Examen**, v. 1, n. 1, p. 95-126, 2017.
- KARRUZ, A. Oferta, Demanda e Nota de Corte: Experimento Natural sobre Efeitos da Lei das Cotas no Acesso à Universidade Federal de Minas Gerais. **Dados**, v. 61, n. 2, p. 405-460, 2018. <https://doi.org/10.1590/001152582018157>
- LEON, F. L. L. de; MENEZES-FILHO, N. A. Reprovação, avanço e evasão escolar no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 32, n. 3, p. 417-451, 2002.
- LINK, B. G.; PHELAN, J. Social Conditions as Fundamental Causes of Disease. **Journal of Health and Social Behavior**, n. esp., p. 80-94, 1995.
- MARE, R. D. Change and Stability in Educational Stratification. **American Sociological Review**, v. 46, n. 1, p. 72-87, 1981. <https://doi.org/10.2307/2095027>
- MARE, R. D. Social Background and School Continuation Decisions. **Journal of the American Statistical Association**, v. 75, n. 370, p. 295-305, 1980. <https://doi.org/10.2307/2287448>
- MARTELETO, L. J. Educational Inequality by Race in Brazil, 1982-2007: Structural Changes and Shifts in Racial Classification. **Demography**, v. 49, n. 1, p. 337-538, 2012. <https://doi.org/10.1007/s13524-011-0084-6>
- MARTELETO, L.; CARVALHAES, F.; HUBERT, C. Desigualdades de oportunidades educacionais dos adolescentes no Brasil e no México. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 277-302, 2012.
- MARTELETO, L.; DONDERO, M. Racial Inequality in Education in Brazil: A Twins Fixed-Effects Approach. **Demography**, v. 53, n. 4, p. 1185-1205, 2016. <https://doi.org/10.1007/s13524-016-0484-8>
- MARTELETO, L.; MARSCHNER, M.; CARVALHAES, F. Educational stratification after a decade of reforms on higher education access in Brazil. **Research in Social Stratification and Mobility**, v. 46, parte B, p. 99-111, 2016. <https://doi.org/10.1016/j.rssm.2016.08.004>
- MAZUMDER, B. Fortunate sons: New Estimates of intergenerational mobility in the United States using social security earnings data. **Review of Economics and Statistics**, v. 87, n. 2, p. 235-255, 2005.
- MEDEIROS, M. **Medidas de Desigualdade e Pobreza**. Brasília: Editora UnB, 2012.
- MEDEIROS, M. **O que faz os ricos ricos**: o outro lado da desigualdade brasileira. São Paulo: Anpocs, Aderaldo & Rothschild, 2005.
- MEDEIROS, M.; GALVÃO, J. de C. Educação e Rendimentos dos Ricos no Brasil. **Dados**, v. 59, n. 2, p. 357-383, 2016. <https://doi.org/10.1590/00115258201680>
- MEDEIROS, M.; SOUZA, P. H. G. F. State Transfers, Taxes and Income Inequality in Brazil. **Brazilian Political Science Review**, v. 9, n. 2, p. 3-29, 2015. <https://doi.org/10.1590/1981-38212014000200009>
- MEDEIROS, M.; SOUZA, P. H. G. F.; CASTRO, F. Á. A estabilidade da desigualdade de renda no Brasil, 2006 a 2012: estimativa com dados do imposto de renda e pesquisas domiciliares. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 4, p. 971-986, 2015a. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015204.00362014>
- MEDEIROS, M.; SOUZA, P. H. G. F.; CASTRO, F. Á. O Topo da Distribuição de Renda no Brasil: Primeiras Estimativas com Dados Tributários e Comparação com Pesquisas Domiciliares (2006-2012). **Dados**, v. 58, n. 1, p. 7-36, 2015b. <https://doi.org/10.1590/00115258201537>

- MERTON, R. K. The Matthew Effect in Science: The reward and communication systems of science are considered. **Science**, v. 159, n. 3810, p. 56-63, 1968. <https://doi.org/10.1126/science.159.3810.56>
- MERTON, R. K. The Matthew Effect in Science, II: Cumulative Advantage and the Symbolism of Intellectual Property. **Isis**, v. 79, n. 4, p. 606-623, 1988.
- MERTON, R. K. The Thomas Theorem and The Matthew Effect. **Social Forces**, v. 74, n. 2, p. 379-422, 1995. <https://doi.org/10.2307/2580486>
- MIZE, M.; DOAN, L.; LONG, J. S. A General Framework for Comparing Predictions and Marginal Effects across Models. **Sociological Methodology**, v. 49, n. 1, p. 152-189, 2019. <https://doi.org/10.1177/0081175019852763>
- MONT'ALVÃO, A. Estratificação Educacional no Brasil do Século XXI. **Dados**, v. 54, n. 2, p. 389-430, 2011. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582011000200006>
- MORRIS, M.; WESTERN, B. Inequality in earnings at the close of the twentieth century. **Annual Review of Sociology**, v. 25, p. 623-657, 1999. <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.25.1.623>
- MUNIZ, J. Inconsistências e consequências da variável raça para a mensuração de desigualdades. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, v. 16, n. 2, p. 62-86, 2016. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2016.2.23097>
- MUNIZ, J. Sobre o uso da variável raça-cor em estudos quantitativos. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 36, p. 277-291, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000200017>
- NERI, M. **A Nova Classe Média**. Rio de Janeiro: Centro de Políticas Sociais/FGV Editora, 2008.
- NEVES, J. A.; FERNANDES, D.; HELAL, D. Region, Industry, and Intergenerational Status Transmission in Urban Brazil. **Population Review**, v. 46, n. 1, p. 12-28, 2007. <https://doi.org/10.1353/prv.2007.0002>
- OLIVEIRA, R. P. Da universalização do Ensino Fundamental ao desafio da qualidade: Uma Análise Histórica. **Educação e Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 661-690, 2007. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300003>
- OSÓRIO, R. G. **A desigualdade racial de renda no Brasil: 1976-2006**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- PAGER, D. **Marked: race, crime, and finding work in an era of mass incarceration**. Chicago: University of Chicago Press, 2007.
- PERO, V.; SZERMAN, D. Mobilidade intergeracional de renda no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 38, n. 1, 2008.
- PICANÇO, F. Juventude e acesso ao ensino superior no Brasil: onde está o alvo das políticas de ação afirmativa. **Latin American Research Review**, v. 51, n. 1, p. 109-131, 2016. <http://doi.org/10.1353/lar.2016.0001>
- PICANÇO, F. Os Estudos de Mobilidade Social e Ocupacional: Passado, Presente e Desafios para o Futuro. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, v. 62, n. 2, p. 87-102, 2006.
- PICANÇO, F.; MORAIS, J. Estudos sobre estratificação educacional: síntese dos principais argumentos e desdobramentos. **Educação e Sociedade**, v. 37, n. 135, p. 391-406, 2016. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302016126201>
- PRATES, A. A. P.; COLLARES, A. C. M. **Expansão, diferenciação e desigualdades no ensino superior**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.
- REIS, E. Desigualdade e solidariedade: uma releitura do “familismo amoral” de Banfield. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 29, p. 35-48, 1995.

- REIS, E. Elite perceptions of poverty and inequality in Brazil. In: BLOFIELD, M. (org.). **The great gap: inequality and the politics of redistribution in Latin America**. Filadélfia: Pennsylvania State University Press, 2011. p. 89-108.
- REIS, E. P. Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 42, p. 143-152, 2000.
- REIS, E. Perceptions of poverty and inequality among Brazilian elites. In: REIS, E.; MOORE, M. (orgs.). **Elite perceptions of poverty and inequality**. Londres: Zed Books, 2005. p. 26-56.
- REIS, E. Poverty in the eyes of Brazilian elites. In: AMSDEN, A. H. et al. (orgs.). **The role of elites in economic development**. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 179-199.
- RIBEIRO, C. A. C. Classe, raça e mobilidade social no Brasil. **Dados**, v. 49, n. 4, p. 833-870, 2006. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582006000400006>
- RIBEIRO, C. A. C. Contínuo racial, mobilidade social e “embranquecimento”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 95, 2017a. <https://doi.org/10.17666/329503/2017>
- RIBEIRO, C. A. C. Desigualdade de Oportunidades e Resultados Educacionais no Brasil. **Dados**, v. 54, n. 1, p. 41-87, 2011. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582011000100002>
- RIBEIRO, C. A. C. Desigualdade de oportunidades educacionais no Brasil: raça, classe e gênero. In: RIBEIRO, C. A. C. (org.). **Desigualdade de oportunidades no Brasil**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. p. 21-69
- RIBEIRO, C. A. C. Desigualdade nas Transições para a Vida Adulta (1996-2008). **Sociologia & Antropologia**, v. 4, n. 2, p. 433-473, 2014a. <https://doi.org/10.1590/2238-38752014v426>
- RIBEIRO, C. A. C. **Estrutura de Classe e Mobilidade Social no Brasil**. Bauru: Edusc, 2007.
- RIBEIRO, C. A. C. Occupational and income intergenerational mobility in Brazil between the 1990s and 2000s. **Sociologia & Antropologia**, v. 7, n. 1, p. 157-185, 2017b. <https://doi.org/10.1590/2238-38752017v717>
- RIBEIRO, C. A. C. Quatro Décadas de Mobilidade Social no Brasil. **Dados**, v. 55, n. 3, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582012000300003>
- RIBEIRO, C. A. C. Sociologia como ciência das populações: contribuições de Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva no Brasil. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 86, p. 7-35, 2018. <http://doi.org/10.17666/bib8602/2018>
- RIBEIRO, C. A. C. Tendências da desigualdade de oportunidades no Brasil: mobilidade social e estratificação educacional. **Mercado de Trabalho**, n. 62, 2017c.
- RIBEIRO, C. A. C.; MACHADO, W. Rendimento do Trabalho das Esposas e Tendências da Desigualdade de Renda no Brasil (1992-2014). **Dados**, v. 61, n. 1, p. 103-135, 2018. <https://doi.org/10.1590/0011525820181848>
- RIBEIRO, C. A. C.; SCALON, M. C. Mobilidade de classe no Brasil em perspectiva comparada. **Dados**, v. 44, n. 1, 2001. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582001000100004>
- RIBEIRO, C. A. C.; SCHLEGEL, R. Estratificação horizontal da educação superior no Brasil (1960 a 2010). In: ARRETCHE, M. (org.). **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo: Editora Unesp, 2015. p. 133-162.
- RIBEIRO, C. A. C.; SILVA, N. do V. Cor, educação e casamento: tendências da seletividade marital no Brasil, 1960 a 2000. **Dados**, v. 52, n. 1, p. 7-51, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582009000100001>
- RIBEIRO, C. A. C.; SOLIS, P. Movilidad de Clase en el Brasil Contemporáneo. In: SOLIS, P.; BOADO, M. (orgs.).

- Y sin embargo se mueve...: Estratificación social y movilidad intergeneracional de clase en América Latina.** . Cidade do México: El Colegio de México - Centro de Estudios Espinosa Yglesias., 2016. p. 193-240.
- SALATA, A. Distribuição de renda no Brasil entre 2002 e 2013: Redução das desigualdades entre classes? **Latin American Research Review**, v. 53, n. 1, p. 76-95, 2018a. <http://doi.org/10.25222/larr.252>
- SALATA, A. Ensino Superior no Brasil das últimas décadas. Redução nas desigualdades de acesso? **Tempo Social**, v. 30, n. 2, p. 219-253, 2018b. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.125482>
- SALATA, A. Quem é Classe Média no Brasil? Um Estudo sobre Identidades de Classe. **Dados**, v. 58, n. 1, p. 111-149, 2015. <https://doi.org/10.1590/00115258201540>
- SALATA, A. Uma nova abordagem empírica para a hierarquia de status no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 31, n. 92, p. 1-21, 2016. <https://doi.org/10.17666/319203/2016>
- SCALON, C. Justiça como igualdade? A percepção da elite e do povo brasileiro. **Sociologias**, n. 18, p. 126-149, 2007. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222007000200007>
- SCALON, M. C. **Mobilidade Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1999.
- SCALON, C.; SANTOS, J. A. F. Desigualdades, Classes e Estratificação Social. In: MARTINS, C. B. (org.). **Horizontes Das Ciências Sociais No Brasil (Sociologia)**. São Paulo: Anpocs, 2010. p. 77-105.
- SCALON, C.; SALATA, A. Uma nova classe média no Brasil na última década? O debate a partir da perspectiva sociológica. **Sociedade e Estado**, v. 27, n. 2, p. 387-407, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922012000200009>
- SCHWARTZMAN, L. F. Does Money Whiten? Intergenerational Changes in Racial Classification in Brazil. **American Sociological Review**, v. 72, n. 6, p. 940-63, 2007. <https://doi.org/10.1177/000312240707200605>.
- SHARKEY, P. The intergenerational transmission of context. **American Journal of Sociology**, v. 113, n. 4, p. 931-969, 2008. <https://doi.org/10.1086/522804>
- SHAVIT, Y; YAISH, M; BAR HAIM, E. The persistence of persistent inequality. In: STEFANI, S. et al. (orgs.). **Origin to Destination: Trends and Mechanisms in Social Stratification Research**. Chicago: Chicago University Press, 2007. p. 37-57.
- SILVA, N. do V. **Black-white income differentials: Brazil 1960**. Tese de doutorado. Universidade de Michigan: Ann Arbor, 1978.
- SILVA, N. do V. **Introdução à Análise de Dados Qualitativos**. São Paulo: Vértice, 1990.
- SILVA, N. do V. Mobilidade Social. In: MICELI, S. (org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**, vol. 2: Sociologia. São Paulo: Sumaré/ANPOCS, 1999. p. 57-94.
- SILVA, N. do V. **Uma classificação ocupacional para o estudo da mobilidade e da situação de trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988. (mimeo.)
- SILVA, N. do V.; HAENBALG, C. **Relações raciais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.
- SILVEIRA, L. S.; MUNIZ, J. Variações intra e intermetropolitanas da desigualdade de renda racial. **Cadernos Metrópole**, v. 16, n. 31, p. 265-289, 2014. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2014-3112>
- SIMKUS, A. Comparative Stratification and Mobility. **International Journal of Comparative Sociology**, v. 22, p. 3-4, 1981.

- SOARES, G. A. D. O calcanhar metodológico da ciência política no Brasil. *O calcanhar metodológico da ciência política no Brasil. Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 48, p. 27-52, 2005.
- SOARES, J. F.; ALVES, M. T. G. Efeitos de escolas e municípios na qualidade do ensino fundamental. *Cadernos de Pesquisa*, v. 43, n. 149, p. 492-517, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742013000200007>
- SØRENSEN, A. B. Toward a Sounder Basis for Class Analysis. *American Journal of Sociology*, v. 105, n. 6, p. 1523-1558, 2000. <https://doi.org/10.1086/210463>
- SOUZA, P. H. G. F. de. A distribuição de renda nas pesquisas domiciliares brasileiras: harmonização e comparação entre Censos, PNADs e POFs. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 32, n. 1, p. 165-188, 2015. <https://doi.org/10.1590/S0102-30982015000000009>
- SOUZA, P. H. G. F. de. A history of inequality: Top incomes in Brazil, 1926–2015. *Research in Social Stratification and Mobility*, v. 57, p. 35–45, 2018.
- SOUZA, P. H. G. F. de; CARVALHAES, F. Estrutura de Classes, Educação e Queda da Desigualdade de Renda (2002-2011). *Dados*, v. 57, n. 1, p. 101-128, 2014. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582014000100004>
- SOUZA, P. H. G. F. de; MEDEIROS, M. Top Income Shares and Inequality in Brazil, 1928-2012. *Sociologies in Dialogue*, v. 1, n. 1, p. 119-132, 2015. <http://dx.doi.org/10.20336/sid.v1i1.2>
- SOUZA, P. H. G. F. de; RIBEIRO, C. A. C.; CARVALHAES, F. Desigualdade de oportunidades no Brasil: considerações sobre classe, educação e raça. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 25, n. 73, 2010.
- SWAAN, A. De. *In care of the state: health care, education, and welfare in Europe and the USA in the modern era*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- SWAAN, A. De et al. Elite Perceptions of the Poor: Reflections for a Comparative Research Project. *Current Sociology*, v. 48, n. 1, p. 43-54, 2000. <https://doi.org/10.1177%2F0011392100048001006>
- TELLES, E. Racial Ambiguity among the Brazilian Population. *Ethnic and Racial Studies*, v. 25, n. 3, p. 415-41, 2002. <https://doi.org/10.1080/01419870252932133>.
- TELLES, E. E. *Race in another America: the significance of skin color in Brazil*. Princeton: Princeton University Press, 2004.
- TOMÁS, M. C. Space and Interracial Marriage: How Does the Racial Distribution of a Local Marriage Market Change the Analysis of Interracial Marriage in Brazil? *Revista Latinoamericana de Población*, v. 11, n. 21, p. 113-139, 2017.
- TORCHE, F. Unequal but Fluid: Social Mobility in Chile in Comparative Perspective. *American Sociological Review*, v. 70, p. 422-450, 2005.
- TORCHE, F. Economic Crisis and Inequality of Educational Opportunity in Latin America. *Sociology of Education*, v. 83, n. 2, p: 85–110, 2010. <https://doi.org/10.1177/0038040710367935>
- TORCHE, F.; RIBEIRO, C. A. C. Parental wealth and children's outcomes over the life-course in Brazil: A propensity score matching analysis. *Research in Social Stratification and Mobility*, v. 30, n. 1, p. 79-96, 2012. <https://doi.org/10.1016/j.rssm.2011.07.002>
- TORCHE, F.; RIBEIRO, C. A. C. Pathways of change in social mobility: Industrialization, education and growing fluidity in Brazil. *Research in Social Stratification and Mobility*, v. 28, p. 291-307, 2010.
- TREIMAN, D. Industrialization and Social Stratification. In: LAUMANN, E. O. (org.). *Social Stratification: Research and Theory for the 1970s*. Indianapolis: Bobbs-Merrill, 1970. p. 207-234.

- VERHINE, R. E.; DANTAS, L. M. V.; SOARES, J. F. Do Provão ao ENADE: uma análise comparativa dos exames nacionais utilizados no Ensino Superior Brasileiro. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 14, n. 52, p. 291-310, 2006.
- WILLIAMS, D. R. et al. Racial Differences in Physical and Mental Health: Socioeconomic Status, Stress, and Discrimination. **Journal of Health Psychology**, v. 2, n. 3, p. 335-351, 1997. <https://doi.org/10.1177/135910539700200305>
- WRIGHT, E. O. **Class counts**: comparative studies in class analysis. Nova York: Cambridge University Press, 1997.
- XAVIER, F.; NEVES, J. A. Estrutura social e transmissão intergeracional de status: uma análise hierárquica. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 29, n. 2, p. 259-275, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0102-30982012000200004>

## Resumo

*Estratificação e mobilidade social no Brasil: uma revisão da literatura na sociologia de 2000 a 2018*

Neste artigo, fazemos um balanço da produção sociológica brasileira sobre a desigualdade social. Apresentamos os temas que concentraram a atenção dos sociólogos brasileiros a partir de 2000. Como é próprio à área, concentramos nossa atenção em torno da estruturação da desigualdade de oportunidades e desigualdade de resultados. Além de apresentarmos os contornos analíticos que marcam os diversos temas e contribuições sociológicas para o estudo da desigualdade no país, destacamos os aspectos metodológicos que estruturaram os estudos brasileiros no período. Assim, o artigo almeja ser uma contribuição tanto ao leitor interessado em uma visão panorâmica e introdutória sobre a área como à comunidade de especialistas interessados no tema da desigualdade social no país.

**Palavras-chave:** Estratificação social; Desigualdade social; Mobilidade social; Estratificação educacional; Desigualdade de renda.

## Abstract

*The sociology of social stratification and social mobility in Brazil: 2000-2018*

This article reviews research on inequality and social stratification in Brazil since 2000s. We focus our attention on two themes: inequality of opportunities and inequality of results. Besides presenting the analytical contours that mark the various themes and sociological contributions to the study of social stratification in the country, we highlight the methodological aspects that structured the Brazilian studies in the period. Thus, the article aims to be a contribution both to the reader interested in an introductory view of the area as well as to contribute to the community of experts interested in the topic of social inequality in the country.

**Keywords:** Social stratification; Social inequality; Social mobility; Educational stratification; Income inequality.

## Resumé

*Stratification et mobilité sociale au Brésil : une revue de la littérature sur la sociologie de 2000 à 2018*

Dans cet article, nous faisons le point sur la production sociologique brésilienne sur les inégalités sociales. Nous présentons les thèmes qui ont attiré l'attention des sociologues brésiliens depuis 2000. Comme c'est le cas dans le domaine, nous concentrons notre attention sur la structuration de l'inégalité des chances et de l'inégalité des résultats. En plus de présenter les contours analytiques qui marquent les différents thèmes et contributions sociologiques à l'étude des inégalités dans le pays, nous mettons en évidence les aspects méthodologiques qui ont structuré les études brésiliennes à l'époque. Ainsi, l'article se veut être une contribution à la fois au lecteur intéressé par une vue panoramique et introductive de la région ainsi que de contribuer à la communauté d'experts intéressés par le thème des inégalités sociales dans le pays.

**Mots-clés :** Stratification sociale ; Inégalité sociale ; Mobilité sociale ; Stratification scolaire ; Inégalité de revenu.

